

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	3
Título: Para MME, interação do TCU dispensa consulta ao órgão na cessão onerosa	3
Título: Temer é preso por suspeita de liderar organização criminosa.....	4
Título: Ex-presidente é alvo de dez inquéritos judiciais.....	8
Título: Emedebista teria atuado para obstruir investigação.....	10
Título: Destaques	12
Título: Renova aceita proposta vinculante da AES Tietê.....	12
Título: Curtas	14
Título: Brasil perde espaço para EUA no mercado japonês de etanol.....	14
Título: Caixa pode lucrar R\$ 1 bi em oferta de Petrobras	16
Título: Petrobras finaliza oferta de recompra.....	18
Título: Prisão de Temer assusta investidor e derruba mercados.....	19
Título: Encontro do Chile 'sepulta' a Unasul, afirma Bolsonaro.....	21
Título: Desastre de Brumadinho afeta bacias da Mata Atlântica	23
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	25
Título: Álcool na fogueira	25
Título: Novo programa de gás deve ser lançado até junho.....	27
Título: Aquisições de R\$ 5 bi põem Omega entre maiores geradoras.....	27
Título: Depois de veto do Cade, Petrobras retoma oferta da Liquigás ao mercado.....	29
Título: CSN ganha prazo para vender Usiminas	30
Título: Para MPF, ex-presidente destruiu provas e vigiou ação de policiais.....	31
Título: Acusado de liderar grupo criminoso, Temer é preso.....	32
Título: Moreira monitorava as propinas, afirma MPF.....	34

Título: Força-tarefa busca dono de 570 barragens	35
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	36
Título: Ministério Público liga grupo de Temer a desvios de até R\$ 1,8 bi	36
Título: Temer é preso pela Lava Jato suspeito de liderar organização criminosa.....	39
Título: Como Lula, Temer ficará em carceragem da PF	41
Título: 'Barbaridade' para ex-presidente, prisão é criticada por advogado	43
Título: Ministro diz que novo modelo de venda da Eletrobras sai até junho.....	45
Título: Custo do gás do pré-sal põe em xeque viabilidade de térmicas.....	46
VEÍCULO: O Globo	48
Título: Prisão do ex-presidente Temer é demonstração de força da Lava-Jato.....	48
Título: Gigante que se apequenou	49
Título: Temer e os riscos da Lava-Jato	50
Título: Governo deve anunciar bloqueio de R\$ 30 bilhões em gastos	52
Título: Moreira Franco é o 5º governador do Rio a ser preso	53
Título: 'Líder de organização criminosa'	56
Título: Lava-Jato chega à Temer.....	58

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/03/2019****Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: Para MME, interação do TCU dispensa consulta ao órgão na cessão onerosa**

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou ontem que as interações mantidas com representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) no processo de revisão do contrato de cessão onerosa desobrigaria o governo de fazer uma consulta formal à corte sobre o acordo que será firmado com a Petrobras. Ele ressaltou que o tribunal faz parte desse grupo de trabalho que foi criado para discutir o aditivo ao contrato que foi firmado em 2010.

"Quando tomarmos alguma decisão, chegarmos ao fim da decisão, não vamos, depois, encaminhá-la para o TCU. O tribunal faz parte desse processo dentro das suas esferas de competência", disse o ministro em café da manhã com jornalistas.

Com o regime de cessão onerosa, a União assegurou à Petrobras o direito de explorar com exclusividade 5 bilhões de barris em reservas do pré-sal. Atualmente, o governo discute a compensação reivindicada pela estatal por eventuais perdas com as variações no câmbio e no preço internacional do petróleo.

Albuquerque disse que, apesar de as negociações com a Petrobras estarem "avançando muito", ainda não foi definido o valor de compensação que a União poderá fazer à estatal na revisão do contrato. "Não existe número, os números não estão fechados."

Segundo o ministro, o megaleilão do óleo excedente ao volume de 5 bilhões de barris do contrato da cessão onerosa está mantido para 28 de outubro. Ele disse que essa data deverá ser confirmada na próxima reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), prevista para ser realizada entre o fim de março ou a primeira semana de abril.

Ao falar da capitalização da Eletrobras, Albuquerque disse que o modelo será definido até junho. Atualmente, os ministérios de Minas e Energia e da Economia discutem as possibilidades de fazer a operação diretamente com a holding ou as subsidiárias. Assegurou que, independentemente da escolha, o processo envolverá a perda de controle detido pela União até o fim do ano.

O ministro reforçou que, apesar de responder por 30% da geração e por 50% da transmissão de energia no Brasil, a Eletrobras perdeu capacidade de fazer investimentos. Para ele, a privatização reverterá essa situação.

O Ministério de Minas Energia prevê que as obras da usina nuclear Angra 3, em Angra dos Reis (RJ), poderão ser retomadas já no início do segundo semestre de 2019. O processo de escolha de parceiro privado para Eletronuclear no empreendimento deverá ser realizado em junho.

A usina nuclear espera ser incluída no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), já na próxima reunião do conselho do PPI. O governo espera que a usina entre em operação comercial em 2026.

Com relação à revisão do acordo internacional da hidrelétrica de Itaipu, Albuquerque negou que haja qualquer impasse entre os governos do Brasil e do Paraguai. "Não existe impasse de forma alguma", afirmou na entrevista. Ele acrescentou que há sim "afinidade muito grande" entre os presidentes dos dois países e entre os diretores brasileiros e paraguaios que comandam a usina binacional.

O ministro confirmou a criação do programa Novo Mercado de Gás, com objetivo de dar condições para que o setor industrial se torne cada vez mais competitivo, com acesso a energia mais barata. No entanto, não confirmou se a redução de custo chegará 50%, conforme sinalizou o ministro da Economia, Paulo Guedes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/03/2019

Seção: Política

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito, Rafael Rosas e André Guilherme Vieira | Do Rio e de São Paulo

Título: Temer é preso por suspeita de liderar organização criminosa

O ex-presidente Michel Temer (MDB) foi preso preventivamente, ontem, pela "Operação Descontaminação", deflagrada pela Lava-Jato no Rio de Janeiro, por suspeita de obstruir investigações sobre atos de corrupção e lavagem.

Temer é apontado como líder de uma organização criminosa que movimentou, segundo o Ministério Público Federal (MPF), R\$ 1,8 bilhão, em valores prometidos, pagos ou desviados. O montante se refere a um somatório de propinas que seriam recebidas pelo grupo do ex-presidente, ao longo de vários anos, identificadas em 10 diferentes frentes de investigação, segundo o MPF.

Além de Temer, que teve oito telefones celulares judicialmente interceptados na véspera da prisão, o juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, determinou a prisão preventiva de outras sete pessoas, incluindo o ex-ministro de Minas e Energia Moreira Franco e João Baptista Lima Filho, o Coronel Lima, amigo de décadas de Temer e suposto operador financeiro dele.

Os pedidos de prisão ocorreram em decorrência de investigações sobre pagamento de propina que envolveria as obras da **usina nuclear de Angra 3, da Eletronuclear, controlada pela estatal Eletrobras.**

O juiz Bretas decidiu que, por uma questão de "tratamento isonômico ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva", preso em sala da PF de Curitiba, Temer ficará na PF do Rio, atendendo a pedido da defesa do emedebista. Ele foi detido em São Paulo, a 800 metros de sua casa, no Alto de Pinheiros. Moreira Franco foi preso no aeroporto do Rio, após chegar de Brasília.

A Descontaminação é um desdobramento de outras três operações, a Pripyat, Irmandade e Radioatividade. Nesta última, em julho de 2015, foi identificada a atuação de uma organização criminosa nas obras de Angra 3, que levou à condenação, dentre outros, do então presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, e de um dos sócios da Engevix, José Antunes Sobrinho - que firmou a delação premiada que originou a "Descontaminação".

Além de Temer, de Moreira e do Coronel Lima, foram decretadas as prisões preventivas de Maria Rita Fratezi, entre outros. A Polícia Federal (PF) informou ontem que dois mandados não foram cumpridos, sem especificar quais.

O procurador da República Eduardo El Hage, um dos integrantes da força-tarefa, disse que Othon, "foi colocado na Eletronuclear por obra do Michel Temer e como contrapartida pela sua indicação, foi exigida a contratação da empresa Argeplan pela Eletronuclear". A Argeplan, empresa da qual Lima é sócio, foi então subcontratada pelo consórcio vencedor da licitação para serviço de engenharia em Angra3, "uma tarefa que ela [Argeplan] não tinha a menor capacidade de executar".

O contrato com a Eletronuclear do qual a Argeplan participa foi assinado pela empresa da Finlândia AF Consult Ltd, em 2012, dois anos após a abertura de concorrência internacional no valor de R\$ 162,2 milhões, na época. Esse contrato exigia que a multinacional subcontratasse parceiras brasileiras. As escolhidas foram AF Consult Brasil Ltda, constituída em 2006, e a Engevix, do coronel Lima. A Argeplan entrou no negócio como sócia da AF Consult Brasil.

El Hage disse que a Argeplan foi contratada para verter dinheiro público para Temer. "Isso está muito bem comprovado na ação cautelar, pela quebra do sigilo telemático e dos e-mails encontrados no computador do Othon em 2015, que comprovam que os valores que a Eletronuclear pagou para a Argeplan eram vantagens indevidas por serviço não executado".

O conteúdo dos e-mails apreendidos pelos investigadores reforçou as suspeitas de que haveria propinas nos contratos. O caso acabou sendo enviado à Justiça Federal em 2015. Depois a investigação foi remetida ao Supremo Tribunal Federal (STF) por envolver Temer, que detinha foro presidencial. Com o fim do mandato acabou também o privilégio de foro e os autos foram para o juiz Bretas.

A investigação que resultou nas prisões de ontem envolve a suspeita de pagamento de R\$ 1,1 milhão em propina em troca do contrato com a Argeplan. Segundo o MPF, os pagamentos foram "solicitados por João Baptista Lima Filho e pelo ministro Moreira Franco, com anuência de Michel Temer".

O procurador Sergio Pinel disse que Moreira Franco recebeu pagamentos da Engevix, sendo um deles feito por transferência bancária. Segundo Pinel, o delator Sobrinho prestou contas do pagamento ao Coronel Lima e a Moreira, com registro de ligação telefônica. A PF também encontrou indícios de outras operações ilícitas, que caracterizam a existência de organização criminosa, segundo o MPF.

"A organização criminosa investigada teria um núcleo político, o qual tornaria possível o benefício a empresas e empresários dispostos a pagar vantagens", disse o superintendente da PF no Rio, Ricardo Saadi.

Ele explicou haver "núcleos empresariais dispostos a pagar vantagens ilícitas para ter vantagens" e ainda "um núcleo financeiro que cuida do recebimento, distanciamento, ocultação e integração dos valores, e em algumas oportunidades, um núcleo administrativo que faria a ligação entre o núcleo político e o núcleo empresarial".

A procuradora Fabiana Schneider disse que o Coronel Lima e Temer atuam juntos desde a década de 1980. "Ambos se conheceram quando Michel Temer ocupou a secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e o Coronel Lima era o seu assessor militar. A gente verificou que, na mesma época, Lima

passou a atuar na empresa Argeplan, que vem atuando ao longo das décadas em diversos contratos públicos", disse ela.

Ainda de acordo com Fabiana, áudios coletados sobre a entrega da mala de dinheiro ao deputado Rocha Loures, em 2017, revelam que o Coronel Lima intermediava as ligações para entrega de dinheiro a Temer. Segundo a procuradora, planilhas revelaram promessas de pagamentos registradas no codinome MT, de Michel Temer.

"A reforma na casa de Maristela Temer [filha de Temer] não deixa dúvidas de como a organização atuava e como o dinheiro entrava na Argeplan e saía em lavagem de dinheiro em benefício da família Temer", disse. "Maristela Temer recebeu um benefício econômico de pelo menos R\$ 1,6 milhão através de obra capitaneada pela Maria Rita Fratezi, esposa do Coronel Lima", destacou. Fotos de celular da Maria Rita revelam que ela realizava a supervisão e pagamentos dos fornecedores dessa obra.

Ontem, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) recebeu o pedido de habeas corpus feito pela defesa de Temer. O recurso foi distribuído para o desembargador federal Ivan Athié, que já era o relator da operação Pripyat. Até o fechamento desta edição o TRF-2 não havia recebido pedido de habeas corpus de Moreira Franco. Na decisão em que decretou a prisão de Temer, Bretas disse indiretamente que eventual pedido de liberdade do emedebista não deve ser relatado por Gilmar Mendes, do STF - sem citar o ministro.

A opinião de Bretas é compartilhada pelos procuradores da força-tarefa. Segundo El Hage, um eventual habeas corpus no STF deveria ficar nas mãos de Edson Fachin ou Luis Roberto Barroso. El Hage explicou que Gilmar Mendes é o relator no STF de todos os casos conexos com a Calicute, mas que a operação de hoje não é um desdobramento dessa operação, e sim da Radioatividade, que ficou com Fachin. E Barroso, por sua vez, foi o ministro que homologou a delação de Sobrinho, da Engevix.

Segundo José Augusto Vagos, procurador regional da República no Rio, a decisão de Bretas é clara sobre não haver conexão com crimes eleitorais.

Em nota, o advogado de Temer, Eduardo Cernelós, disse que a prisão "constitui mais um, e dos mais graves, atentados ao Estado Democrático e de Direito no Brasil". Afirmou ainda que os fatos da investigação foram relatados por delator, e remontam ao primeiro semestre de 2014. "Dos termos da própria decisão que

determinou a prisão, extrai-se a inexistência de nenhum elemento de prova comprobatório da palavra do delator".

Advogado do Coronel Lima, Maurício Silva Leite disse "estar perplexo com a prisão" e que a Procuradoria-Geral da República já se posicionou sobre esses fatos e concluiu não haver razão para prisão.

Defensor de Moreira Franco, Antonio Pitombo, declarou "inconformidade" com a prisão e disse que o ex-ministro estava "em lugar sabido, estava à disposição nas investigações em curso, prestou depoimentos e se defendeu por escrito quando necessário". Ele também questionou a competência do juízo para julgar o caso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/03/2019

Seção: Política

Autor: Luísa Martins | De Brasília

Título: Ex-presidente é alvo de dez inquéritos judiciais

Preso preventivamente ontem no âmbito da Operação Lava-Jato, o ex-presidente Michel Temer responde a dez inquéritos na primeira instância da Justiça.

O caso que o levou à detenção é relacionado ao suposto recebimento de propina pela construtora Engevix, em troca de contrato para um projeto da **usina Angra 3, da Eletronuclear**. A investigação está na 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro.

Em sua delação premiada, o dono da Engevix, José Antunes Sobrinho, narrou ter pago R\$ 1 milhão em vantagens indevidas, a pedido do ex-ministro Moreira Franco (também preso ontem) e do coronel João Baptista Lima Filho, amigo de Temer.

Segundo os investigadores, a Argeplan, de propriedade atribuída à Lima, tinha Temer como o real dono. A empresa teria entrado no consórcio de Angra 3 junto à Engevix, com o objetivo de repassar dinheiro ao ex-presidente - e também está no centro de outros inquéritos contra ele.

Um deles tramita na Justiça Federal de São Paulo e trata sobre um contrato supostamente irregular entre a Argeplan e a Fibria Celulose S/A, no valor de R\$ 15,5 milhões. São investigadas, ainda, 58 transações financeiras entre a Construbase Engenharia e a PDA Projeto e Direção Arquitetônica, outra empresa atribuída ao coronel Lima, envolvendo a cifra de R\$ 17 milhões.

Em São Paulo também corre um inquérito que apura possível superfaturamento em contrato de R\$ 100 milhões firmado entre a Argeplan e o Tribunal de Justiça do Estado, para a construção de 36 fóruns, com desvios para Temer; e outro em que ele é suspeito de lavagem de dinheiro ao reformar o apartamento da filha, Maristela, por meio da Argeplan - a obra teria custado cerca de R\$ 2 milhões, metade financiada com propina do grupo J&F.

A investigação sobre a fraude no chamado decreto dos Portos, na Justiça Federal de Brasília, também envolve a Argeplan. Com base nas delações de executivos da J&F, Temer acabou denunciado por corrupção passiva e lavagem ao beneficiar empresas na edição do decreto. As vantagens indevidas teriam sido recebidas por meio de empresas de fachada, entre elas a construtora do coronel Lima.

Em mais um inquérito sobre portos, há suspeitas do envolvimento do ex-presidente em um contrato fictício de prestação de serviços da empresa Pérola S/A no porto de Santos, no valor de R\$ 375 mil.

Também pesa contra o emedebista denúncia por corrupção passiva no caso da mala de R\$ 500 mil flagrada com o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (MDB), seu ex-assessor. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), o dinheiro seria propina da J&F a Temer.

Em outra investigação, apura-se se o ex-presidente, por intermédio de Loures, ofereceu ao empresário Joesley Batista, do grupo J&F, indicações de nomeações para órgãos como o Banco Central, a Receita Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Temer é alvo, ainda, do inquérito conhecido como "quadrilhão do MDB", em que é denunciado por liderar organização criminoso dentro do partido. O grupo - formado também por Loures, pelo ex-deputado Eduardo Cunha e os ex-ministros Henrique Alves, Geddel Vieira Lima, Eliseu Padilha e Moreira - teria recebido mais de R\$ 587 milhões em propina desviada de diversos órgãos públicos, como Petrobras e Caixa Econômica Federal.

Essa investigação também abarca a denúncia de obstrução de Justiça contra o ex-presidente, relativa à ocasião em que ele foi gravado incentivando Joesley a comprar o silêncio de Cunha, preso pela Lava-Jato em Curitiba.

Temer ainda é alvo de um inquérito que apura o recebimento de R\$ 10 milhões da Odebrecht, em troca de favorecimento aos interesses da empreiteira no governo. O dinheiro foi negociado em 2014 durante um jantar no Palácio do Jaburu - na ocasião, o emedebista era vice-presidente da República.

O ex-presidente nega as acusações, às quais costuma qualificar como "ilações". Diz não ter cometido irregularidades, nem concedido benefícios a empresas ou agentes públicos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/03/2019

Seção: Política

Autor: André Guilherme Vieira | De São Paulo

Título: Emedebista teria atuado para obstruir investigação

Uma das justificativas apontadas pela Lava-Jato no Rio de Janeiro para prender Michel Temer (MDB) é o fato de o ex-presidente e seus aliados terem adotado uma estratégia de contrainteligência para obstruir as investigações e a produção de provas, segundo o Ministério Público Federal (MPF).

"Há diversos atos praticados por ele próprio [Temer] e pela organização criminosa por ele liderada a fim de dificultar o andamento das investigações", afirma a força-tarefa na representação de 383 páginas que embasou oito prisões preventivas e duas temporárias decretadas pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio.

Para o MPF, um braço da suposta organização criminosa cuidava de "aspectos de contrainteligência", produzindo documentos falsos, destruindo provas e apagando "rastros que levem ao desvendamento das ações criminosas".

A Lava-Jato também atribuiu à suposta organização criminosa liderada por Temer assédio a "testemunhas e co-investigados que pudessem vir a ser colaboradores da Justiça, inclusive com pagamento de propina".

Segundo relatório da Polícia Federal (PF) produzido sob tutela do Supremo Tribunal Federal (STF) "havia vigilância da organização criminosa" e foram apreendidos documentos em endereços de busca nos quais se identificou detalhes dos policiais e autoridades policiais envolvidos na investigação".

O MPF diz que a Argeplan, em São Paulo, empresa que é peça central da investigação, teve "diversos documentos subtraídos de seu escritório e começou a passar por um processo de limpeza diário de provas".

O MPF reuniu dados dos 10 inquéritos dos quais Temer é alvo. Chama a atenção relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre tentativa de depósito em espécie de R\$ 20 milhões feita pelo coronel João Baptista Lima Filho, em 23 de outubro de 2018, na conta bancária da Argeplan "que apenas não se concretizou diante da negativa da instituição bancária". Lima é apontado como operador financeiro de Temer.

O banco informou que a conta da empresa do coronel foi aberta na agência em que foi feita a tentativa de depósito. "Prova de que coronel Lima continua atuando na lavagem de capitais em prol da organização criminoso", concluiu o MPF.

De acordo com os investigadores, documentos apreendidos na Argeplan "reforçam a conclusão de que essa empresa era estrutura societária formada por operadores financeiros de Michel Temer e administrada para a captação de propinas e verbas públicas".

Essa captação se daria "em contratos superfaturados com o poder público ou com empresas intermediárias para realizar lavagem de dinheiro", afirma o MPF.

Planilhas achadas na Argeplan "reúnem aparente controle financeiro de pagamentos", narra o MPF. Em todas "há o registro de pagamentos feitos ao escritório 'Pol. MT' no valor de R\$ 30 mil em maio, junho, julho e agosto de 1998, totalizando R\$ 120 mil".

E-mail de 26 de julho de 2016 revela, segundo o MPF, que "mesmo depois de 20 anos, o pagamento do aluguel do escritório político de Michel Temer pela Argeplan parece se perpetuar".

Segundo a mensagem, "a pedido de Lima, há a determinação para que o advogado Cristiano Benzota providenciasse 'termo de rescisão' de contrato de imóvel localizado na Avenida Antonio Batuíra, Alto de Pinheiros, em São Paulo, justamente onde funcionava o comitê de Michel Temer". O contrato firmado em abril de 2010 prevê o coronel Lima como fiador.

A quebra do sigilo telefônico do ex-presidente da Eletrobras, Othon Pinheiro, revelou 392 ligações ao doleiro Paulo Sérgio Vaz Arruda, alvo da Operação 'Câmbio, Desligo'. Othon foi preso ontem e seria outro operador de Temer. Ele presidiu a estatal por influência do emedebista, então vice-presidente no governo Dilma Rousseff (PT), segundo a Lava-Jato fluminense.

Arruda operou US\$ 12 milhões no mercado negro de câmbio entre 2001 e 2017. "Othon provavelmente utilizou seus serviços para transformar dólares depositados em suas contas no exterior em reais no Brasil".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 22/03/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Barragem da Vale em MG

A Justiça de Minas Gerais determinou liminarmente que a mineradora Vale interrompa as atividades da Barragem Dique 3, que serve a Mina Abóboras, no Complexo Vargem Grande, nos municípios de Rio Acima e Nova Lima, em Minas Gerais. A determinação foi tomada sob alegação que a segurança da estrutura não é suficiente. Em fins de janeiro, logo depois da queda da barragem da empresa na cidade de Brumadinho, a Vale anunciou que, por decisão própria, estava interrompendo as atividades da mina Abóboras - assim como outras - para descomissionar a barragem. Mas agora a decisão do juiz Kleber Alves de Oliveira, da 1ª Vara Cível da Comarca de Nova Lima, torna a interrupção da barragem não uma escolha da Vale, mas uma obrigação.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 22/03/2019**Seção:** Empresas**Autor:** Camila Maia e Ivan Ryngelblum | São Paulo**Título:** Renova aceita proposta vinculante da AES Tietê

O conselho de administração da Renova aceitou, ontem, a nova proposta vinculante apresentada pela AES Tietê para adquirir o Complexo Eólico Alto Sertão III. Não foram divulgados detalhes financeiros da operação. A companhia informou, em fato relevante, que a operação está sujeita à negociação dos documentos definitivos, que deverão contemplar o cumprimento de condições precedentes e a obtenção das aprovações necessárias para conclusão.

O aceite da proposta foi possível depois que os sócios da Renova chegaram a um acordo para reestruturação financeira e societária da companhia, apurou o **Valor**. No ano passado, a AES Tietê ofereceu R\$ 1,6 bilhão pelo parque eólico, que terá 400 megawatts (MW) quando concluído. Em janeiro, contudo, a proposta foi rejeitada, devido a um conflito no conselho da empresa de geração

renovável. A RR Comercializadora de Energia, que têm 15,57% do total da Renova, barrou a transação, por discordar dos termos propostos.

Do R\$ 1,6 bilhão, pouco mais de R\$ 1 bilhão era referente à assunção de dívidas, e outros R\$ 250 milhões eram para o pagamento de fornecedores. A Renova ficaria com R\$ 350 milhões, montante suficiente para quitar dívidas e reorganizar a companhia. Não restariam recursos para os sócios, o que teria desagradado a RR, que não queria "sair de mãos vazias" da operação.

Teve início então uma exaustiva negociação entre Cemig, Light, Renova e AES Tietê, que culminou nos anúncios feitos ontem à noite. Um dos pontos principais é o reperfilamento de R\$ 1,37 bilhão em dívidas da Renova com bancos, Cemig e Light.

O acordo abrangeu R\$ 768 milhões em dívidas detidas pela Cemig e R\$ 253 milhões pela Light. As dívidas serão trocadas, proporcionalmente, por R\$ 298 milhões em títulos que serão emitidos com prazo de seis anos, um ano de carência e juros de 155% do CDI. Outros R\$ 723 milhões serão trocados por títulos com prazo de seis anos para pagamento "bullet" (com pagamento do principal ao fim do período) e juros de 155% do CDI. Também foram aprovados reperfilamentos de R\$ 176 milhões com o Citibank e R\$ 179 milhões com o BTG Pactual. As dívidas serão trocadas por títulos que serão emitidos com prazo de seis anos, um ano de carência e 155% do CDI.

Além disso, Cemig e Light acertaram também um acordo para aquisição de 7,3 milhões de ações da Renova, hoje de titularidade do CG I Fundo de Investimento em Participações, por R\$ 14,68 por ação. Com isso, haverá o desembolso de R\$ 106,9 milhões por cerca de 1,74% da companhia. As ações serão adquiridas na proporção de 67,85% pela Cemig e 32,15% pela Light.

Como contrapartida, a CG I receberá títulos de valor mobiliário subcritos pela Light e pela Cemig. As duas empresas vão ainda notificar o BNDES para que este se manifeste sobre o exercício (ou não) do direito de venda conjunta. Depois disso, a Cemig e a Light vão lançar uma oferta pública para aquisição de ações (OPA) de emissão da Renova, em data a ser anunciada. O valor a ser oferecido será o mesmo que o pago à CG I. As units da Renova, que são compostas por duas ações preferenciais e uma ordinária, fecharam o pregão de ontem com alta de 0,62%, a R\$ 19,45.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/03/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curtas**

Minério tem leve alta

Apesar da suspensão temporária das operações na mina de Alegria, no complexo de Mariana (MG) da Vale, os preços do minério de ferro encerraram a sessão de ontem com leve alta na China. O ganho foi impulsionado pelos limitados volumes ofertados no mercado à vista. Segundo a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao subiu 0,2%, para US\$ 84,49. Na Bolsa de Commodities de Dalian, os contratos mais negociados com entrega para maio subiram 7,50 yuans, para 612 yuans por tonelada. Em março, a commodity opera em terreno negativo, com queda de 1%. No ano, porém, o ganho acumulado é de 16,17%. Na quarta-feira, a mineradora brasileira anunciou que suspendeu temporariamente as operações na mina de Alegria, o que pode levar à potencial ruptura na oferta de 10 milhões de toneladas por ano de minério. A Autoridade de Portos de Pilbara, na Austrália, emitiu alerta sobre o ciclone tropical Verônica, que deve subir à categoria 5 e mover-se em direção à costa de Pilbara nos próximos dias, afetando as operações nos portos de Dampier e Hedland.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/03/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Brasil perde espaço para EUA no mercado japonês de etanol**

Os exportadores de etanol do Brasil não estão conseguindo renovar contratos de exportação para atender o mandato do Japão de redução de emissões de gases de efeito estufa nos transportes. O produto brasileiro está perdendo mercado para o etanol americano, feito de milho, que passou a ser permitido no cumprimento das metas japonesas.

O Japão usa o ETBE, um aditivo à gasolina à base de etanol, para atender seu objetivo. Até 2018, o ETBE vendido no mercado japonês deveria emitir 50% menos gases-estufa que a gasolina pura, e essa redução só era possível com etanol de cana. Em 2019, entretanto, a regra mudou e passou a exigir uma

diminuição de 55%, mas possível de ser alcançada com a mistura do etanol de milho, que tem poder menor de redução de emissões.

De acordo com estimativa da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), que representa as usinas do Centro-Sul, com essa mudança o Brasil deverá perder, já a partir da próxima temporada (2019/20), pelo menos 40% dos embarques de etanol que tinham o Japão como destino final.

O Brasil vinha exportando em torno de 800 milhões de litros de etanol por ano para atender à demanda japonesa. Em 2018, esses embarques renderam divisas de cerca de US\$ 400 milhões.

Em torno de 90% do volume vendido ao mercado japonês é primeiramente exportado aos Estados Unidos, onde está concentrado o parque industrial que transforma etanol em ETBE. Segundo Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Unica, o volume de etanol exportado pelo Brasil ao Japão com escala nos EUA deverá cair nas próximas safras de cerca de 700 milhões de litros para algo entre 350 milhões a 400 milhões de litros.

A perda do mercado japonês para os americanos deve se dar não só pela mudança regulatória, mas também pela alta competitividade dos produtores dos Estados Unidos, que estão com estoques abarrotados e em pé de guerra com a indústria local de petróleo para garantir suas vendas no próprio país pelo Padrão de Combustíveis Renováveis.

Após um aumento exponencial da produção no ano passado, os estoques americanos estão oscilando em máximas históricas, da ordem de 23 milhões de barris, desde o início do ano passado, segundo dados da Agência de Informações Energéticas dos Estados Unidos (EIA, na sigla em inglês).

Nesse cenário, a competitividade do biocombustível americano está muito à frente do brasileiro. Nos cálculos da consultoria FCStone com base em preços praticados na semana passada, o custo do etanol brasileiro para as indústrias de ETBE nos Estados Unidos está 78% acima do custo do etanol americano.

Como alternativa à perda do mercado japonês, Padua vê potencial nas exportações de etanol não carburante (para uso industrial). "O Brasil conquistou novos mercados não carburantes", afirmou. Para Martinho Ono, diretor da SCA Trading, outra alternativa é a Califórnia, que possui um mandato próprio crescente de biocombustíveis que demanda etanol com maior "pegada de carbono", como o brasileiro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/03/2019****Seção: Finanças****Autor: Talita Moreira, Flávia Furlan e Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo****Título: Caixa pode lucrar R\$ 1 bi em oferta de Petrobras**

A venda de ações da Petrobras que estão nas mãos da Caixa vai movimentar em torno de R\$ 9,4 bilhões e render ao banco estatal um lucro de mais de R\$ 1 bilhão. A operação também deverá ter um impacto positivo de mais de R\$ 1 bilhão no patrimônio líquido do banco estatal.

O cálculo do lucro proveniente da oferta leva em conta a diferença entre o valor das ações quando foram atribuídas pelo Tesouro à Caixa e o preço da venda desses papéis, que será balizado pelo valor de mercado da Petrobras.

Conforme apurou o **Valor**, a intenção do banco é realizar a operação no início de maio. A ideia é fazer uma oferta subsequente de ações da Petrobras, nos moldes do que foi feito com a participação da Caixa no IRB.

Um último passo para dar a largada na venda das ações foi superado ontem com a publicação de decreto do presidente Jair Bolsonaro, assinado também pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, revogando norma que autorizava um aumento de capital na Caixa por meio de ações de estatais detidas pela União.

Os papéis foram atribuídos ao banco estatal de 2012 em diante, quando o governo Dilma Rousseff usou os bancos públicos para acelerar o crédito. Como a Caixa precisava de capital para manter o ritmo e a União não tinha dinheiro, a estratégia utilizada foi a transferência de papéis da Petrobras.

A venda das ações é considerada prioritária por Guedes e pelo presidente da Caixa, Pedro Guimarães. O executivo já apontou publicamente que é um risco para o banco ter ações de uma empresa de commodities em seu patrimônio.

A Caixa tem 55.489.100 de ações preferenciais e 241.340.371 de ações ordinárias da Petrobras, que somavam R\$ 9,4 bilhões em valor de mercado ontem e equivalem a 2,3% do capital total da empresa de petróleo.

Os papéis são marcados a mercado, mas só 90% do valor é contabilizado no patrimônio da instituição financeira. Por não ser considerado um capital de boa qualidade, a posição em Petrobras fica sujeita a uma penalidade de 10% imposta pelo Banco Central (BC).

Isso significa que, além do lucro esperado com a operação, a Caixa terá um impacto positivo em seu patrimônio. Ao vender as ações, poderá contabilizar no balanço 100% desse ativo, em vez de 90%.

Outro efeito favorável da venda no capital será a reversão de um ajuste contábil ("impairment", no jargão em inglês) de R\$ 850 milhões feito pela Caixa no balanço para refletir a queda das cotações.

A combinação do fim da penalidade e da reversão do ajuste terá impacto positivo de mais de R\$ 1 bilhão no patrimônio líquido da Caixa, levando em conta a ordem de grandeza da operação.

Para colocar em marcha a oferta, a Caixa deve contratar no início de abril os bancos de investimento que vão coordenar a operação.

Segundo duas fontes, ainda não está definido se as ações da Petrobras que pertencem ao BNDES serão vendidas na mesma operação que dará saída à Caixa.

Essa equação não é simples porque o BNDES tem R\$ 28,3 bilhões ações, ou 6,9% do capital total da petroleira. Despejar esse volume no mercado de uma vez é considerado difícil por um interlocutor próximo ao banco de fomento, pelo impacto que teria nas cotações. A própria Petrobras também teria manifestado essa preocupação.

No entanto, a orientação é para que os processos sejam coordenados. "Para não fugir do controle, precisa ter coordenação com o BNDES, que também tem essas ações, e com a própria Petrobras", afirmou Guimarães num evento em janeiro.

O **Valor** apurou que o secretário de privatizações do Ministério da Economia, Salim Mattar, já discutiu em ao menos três reuniões com os presidentes da Caixa, do BNDES e com três bancos de investimento como será a saída total ou parcial dessas instituições do capital da Petrobras.

Os bancos recomendaram ao governo que seja uma operação conjunta neste ano, para que uma transação não atrapalhe a venda seguinte. É também o modelo preferido de Mattar. O secretário tem discutido cronogramas para que as operações não se "canibalizem", segundo uma pessoa com conhecimento do assunto.

Na Caixa, a expectativa é que, uma vez lançada, a oferta seja feita rapidamente - como ocorreu com as ações do IRB, em que o intervalo entre o anúncio e a precificação foi de apenas 11 dias. Na resseguradora, o fundo Caixa Fgeduc

Multimercado, gerido pelo banco, captou R\$ 2,52 bilhões com a venda das ações.

Em evento no Rio na sexta passada, Guimarães disse que pretende vender até junho todas as operações não estratégicas do banco e, a partir de setembro, formatar quatro operações de abertura de capital de áreas da Caixa.

Além de IRB e Petrobras, já está decidida a venda de participações em mais duas empresas até junho: Banco do Brasil, em que a posição da Caixa soma cerca de R\$ 2,9 bilhões, e Alupar, avaliada em R\$ 800 milhões. Essas ofertas, no entanto, ainda dependem de aprovação do FI-FGTS, que detém os ativos. Os recursos levantados não irão para a Caixa, e sim para o fundo.

A Caixa tem ainda uma participação direta de 17% na mineradora Paranapanema. Porém, a venda desses papéis só será feita mais adiante.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/03/2019

Seção: Finanças

Autor: Sérgio Tauhata | De São Paulo

Título: Petrobras finaliza oferta de recompra

A Petrobras anunciou a finalização da oferta de recompra de notas globais com vencimentos em 2023, de emissão da subsidiária Petrobras Global Finance BV (PGF). A companhia aceitou US\$ 1,493 bilhão na recompra dos títulos com vencimento em maio de 2023, com cupom de 4,375%, que tinham valor principal total devido de US\$ 3,117 bilhões.

A oferta de recompra desse bônus terminou em 18 de março. Segundo comunicado da companhia, as notas aceitas também receberão o pagamento de juros acumulados até a data de fechamento, sem considerar o dia específico. O valor agregado que será pago aos detentores dos títulos aceitos na recompra, sem considerar os juros acumulados e ainda não pagos, será de US\$ 1,493 bilhão.

A recompra do papel de 2023 estava atrelada a outra recompra, de até nove bônus externos, que será feita no estilo "waterfall", com uma ordem pré-determinada de prioridade. Com a finalização da recompra do papel para 2023, essa recompra "waterfall" ficou limitada a no máximo US\$ 3,006 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/03/2019****Seção: Finanças****Autor: Juliana Machado, Lucas Hirata e Daniela Meibak | De São Paulo****Título: Prisão de Temer assusta investidor e derruba mercados**

A prisão do ex-presidente Michel Temer e do ex-ministro Moreira Franco deu um verdadeiro susto nos investidores brasileiros, derrubando os preços dos principais ativos locais. A preocupação no mercado é que esse novo capítulo de turbulência política respingue de alguma forma na já atribulada tramitação da reforma da Previdência, cujo debate foi iniciado pelo ex-presidente em 2016.

O receio entre os investidores é que parlamentares de seu partido, o MDB, e aliados ao ex-presidente sejam, de alguma maneira, atingidos pelas investigações que culminaram nas prisões. Na avaliação de especialistas, tudo isso coloca à prova um dos pontos mais delicados do governo Jair Bolsonaro: a capacidade de aglutinar forças no Congresso.

O resultado disso foi uma clara busca por proteção, tanto na bolsa quanto nos mercados de câmbio e de juros. Na mesma semana em que atingiu um recorde intradiário de 100.439 pontos, o Ibovespa devolveu boa parte do que ganhou, enquanto o dólar chegou a ultrapassar os R\$ 3,83. Na tentativa de evitar o risco, os investidores também ajustaram posições nos contratos futuros de juros, e a taxa do DI com vencimento em janeiro de 2015 fechou a 8,52%, depois de tocar 8,67% na máxima do dia.

O Ibovespa terminou a sessão regular com queda de 1,34%, aos 96.729 pontos. Houve relativa melhora em relação ao pior momento do dia, logo que as prisões foram anunciadas: na mínima, o Ibovespa chegou a cair 2,64%, aos 95.456 pontos. E o giro financeiro foi expressivo, de R\$ 14,1 bilhões, acima da média diária negociada nos pregões de 2019, em torno de R\$ 12 bilhões. O dólar também desacelerou a alta, para 0,98%, aos R\$ 3,8009, mas ainda impôs ao real a pior desvalorização entre as principais divisas globais.

"O evento agita ainda mais o ambiente político, em um momento em que é necessário encontrar espaço para articulação entre governos, partidos, e buscar maior normalidade para construir a base para votar a Previdência. Tem um aumento de incerteza", diz Ricardo Ribeiro, analista político da MCM Consultores.

Para analistas e operadores, embora não se saiba a extensão e detalhes sobre a prisão de Temer e Moreira Franco, o evento adiciona preocupação no já difícil campo político do Brasil e ajuda a dar combustível para a realização de lucros dos investidores, que já vinha se desenhando desde a abertura. Segundo operadores, o investidor local já tinha uma tendência por embolsar os ganhos na bolsa, depois do rali que levou o Ibovespa aos 100 mil pontos.

Na opinião de Andrei Roman, cientista político e sócio da consultoria Atlas Político, o Brasil vai, no mínimo, enfrentar um período de grande incerteza, com prolongamento das negociações com os parlamentares, enquanto não se sabe ao certo os desdobramentos das prisões. Segundo o especialista, até que se saiba o desfecho das investigações, os deputados podem acabar deixando o debate da reforma em segundo plano. "Difícilmente você vai ter nesta semana e na próxima conversas sobre quantos votos tem a reforma, por exemplo. Não sei se a pauta ainda ficará no topo da agenda do Rodrigo Maia", diz Roman.

O cientista político da Atlas ressalta que, além de sogro de Rodrigo Maia - o presidente da Câmara -, Moreira Franco foi preso em um contexto de desentendimentos entre ele e o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. Maia suspendeu a tramitação do projeto anticrime e anticorrupção de Moro por 90 dias e criticou o pacote. "Essas disputas de poder são uma grande caixa preta, sem grande transparência. Há uma certa dificuldade sobre o que esperar, o que automaticamente gera um clima de apreensão e prejudica articulações. Mudam-se as prioridades", afirma Roman.

Após a notícia das prisões de Temer e Franco, diversas ações acentuaram o movimento de queda, caso dos bancos e da Petrobras. A ação ordinária (ON) do Bradesco fechou em baixa de 3,14%, enquanto Bradesco PN perdeu 2,20%; Banco do Brasil ON teve baixa de 2,10%, e Itaú Unibanco PN desvalorizou 1,76%.

No mesmo sentido, Petrobras ON terminou com perdas de 2%, enquanto Petrobras PN recuou 1,42%. Papéis considerados mais defensivos, pela conexão com preços internacionais de commodities e com o dólar, entraram no foco do investidor, e Suzano ON (3,15%) liderou os ganhos do dia.

Para Daniel Weeks, economista-chefe da Garde, a deterioração do ambiente de negócios - com disparada de dólar e juros futuros, além do recuo do Ibovespa - parece ser exagerada. Se por um lado o comportamento dos mercados mostra preocupação com o mundo político, em um momento de tramitação da reforma da Previdência, por outro, as prisões de Temer e Franco não são motivo para se

desfazer da expectativa de aprovação da reforma. "A reação me parece exagerada", afirma.

De qualquer forma, as incertezas cobram um pedágio dos investidores locais, que vinham carregando uma firme posição "comprada" em juros futuros e Ibovespa, segmentos que mais sofreram ontem. "Tudo isso junto é combustível para o investidor evitar o risco. O mal-estar não é saudável nesse momento", afirma Fernando Barroso, diretor da CM Capital Markets.

Para Rafael Cortez, analista político e sócio da Tendências, as prisões também podem reforçar o discurso bolsonarista que defende a ruptura com a política tradicional, o que dificultaria a coordenação com o Congresso. "Isso pode fazer com que o governo queime pontes com o mundo da política, dificultando o apoio para a Previdência", diz. "É um cenário negativo para a reforma, coloca em risco a aprovação da matéria em 2019. Esses eventos exacerbam as dificuldades políticas da administração Bolsonaro."

"Existe um clima de ansiedade com as reformas, mas é um movimento normal. Não era de se esperar que seria um movimento linear", diz Joaquim Kokudai, gestor da JPP Capital. Para ele, ainda é cedo para falar que os ativos mudaram de patamar de preços. "A reforma é uma questão muito importante para o país e, por isso, gera mais volatilidade. A tendência é que seja aprovada, mas não é algo simples", diz.

Para virar o jogo, o governo Bolsonaro vai precisar enfrentar o dilema entre o discurso e o pragmatismo. "A busca por marcar um distanciamento da política tradicional, que deve ser reforçada por conta da prisão do ex-presidente Temer, significa menor chance de coalizão com partidos tradicionais. Portanto, aumenta o risco para a reforma da Previdência", avalia Cortez, da Tendências. "O que pode sair de positivo é o governo entender que precisa construir uma coalizão majoritária no Legislativo."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Fernando Exman | De Santiago

Título: Encontro do Chile 'sepulta' a Unasul, afirma Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem, ao desembarcar em Santiago, que a reunião de líderes sul-americanos que será realizada hoje na capital chilena deve formalizar o sepultamento da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Em seu lugar, deve ser estabelecido um novo marco de integração na região que se distancie de governos bolivarianos, sob a identidade do que já vem sendo chamado por autoridades de Prosul, mas ainda sem nome definido.

A Venezuela foi excluída do encontro. Também não estava sendo esperada a presença do presidente Evo Morales, da Bolívia.

"Trataremos de assuntos dos nossos países", afirmou Bolsonaro a jornalistas, assim que pisou em solo chileno. "Esse é o grande objetivo da nossa viagem, além de, com toda certeza, selarmos aqui o fim da Unasul", destacou.

Segundo ele, a união da América Latina deve se dar em torno dos conceitos de "democracia", "liberdade" e "prosperidade". Um dos objetivos de sua viagem é viabilizar que isso ocorra. "A Unasul já morreu. Só faltou enterrar. E a Prosul vai nos aproximar, vai ser a luta por liberdade, por democracia, para impedir que o populismo e a demagogia cresçam como aconteceu por aí, evitar que cheguemos numa Venezuela", disse.

Criada em 2008, a Unasul era vista pelo governo brasileiro até a eleição de Bolsonaro como "parte de processo" de superação das desconfianças existentes entre os países sul-americanos, um instrumento que viabilizasse o diálogo em grupo com demais países e blocos, além de um ambiente institucional que pudesse garantir a interlocução política e o desenvolvimento de projetos de infraestrutura, logística e parcerias econômicas. No entanto, na visão de autoridades do Brasil e outros países que formam o bloco, além do descolamento ideológico entre vários de seus integrantes, o seu próprio processo decisório acabou amarrando a instituição. Isso porque as decisões precisam ser unânimes.

Além de Bolsonaro, participarão do encontro de hoje os presidentes do Equador, Lenín Moreno, do Peru, Martín Vizcarra, da Argentina, Mauricio Macri, e do Paraguai, Mario Abdo. O presidente colombiano, Iván Duque, já estava na capital chilena quando Bolsonaro desembarcava e mantinha reuniões bilaterais com o anfitrião, Sebastián Piñera.

O ministro do Gabinete Institucional da Presidência da República, Augusto Heleno, afirmou ser natural, em razão da situação da Venezuela, que nem todos os países compareçam à reunião. Para ele, o encontro é o primeiro passo para se buscar uma união sul-americana renovada. Ele comparou ainda o bloco em gestação a um Mercosul. Mas, quando questionado se o grupo se tornaria

também uma área que visava uma liberalização comercial, afirmou que a ideia não é agora discutir isso

Já as reuniões bilaterais entre Chile e Brasil ocorrerão no sábado. Primeiro, Bolsonaro participará de café da manhã promovido pela Sociedade de Fomento Fabril do Chile, onde também estarão presentes integrantes de sua comitiva e representantes da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Na sequência, terão início as reuniões bilaterais, nas quais devem ser discutidos, por exemplo, o chamado corredor bioceânico, que ligará rodovias dos países da região aos portos do Chile, no Oceano Pacífico. A saída logística é um interesse histórico de exportadores brasileiros. Medidas de liberalização comercial devem também entrar em pauta. "O bioceânico é muito importante para nós. O livre-comércio para valer também. Vai ser discutido oportunamente e aqui vai ser dado mais um passo. Temos interesse nisso", destacou Bolsonaro. Apesar do avanço no entendimento entre governos, a liberação depende também de aprovação do Congresso.

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil concentra o maior estoque de investimentos externos chilenos no mundo e as empresas chilenas atuam no Brasil em setores como papel e celulose, varejo e energia.

Bolsonaro chegou acompanhado de Augusto Heleno, do ministro da CGU, Wagner Rosário, do assessor especial para assuntos internacionais, Filipe Martins, do secretário especial de assuntos fundiários do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia, e do deputado Hélio Lopes (PSL-RJ). O chanceler Ernesto Araújo já se encontrava no Chile. O filho do presidente Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) juntou-se à comitiva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Desastre de Brumadinho afeta bacias da Mata Atlântica

A qualidade da água nas bacias da Mata Atlântica, que já não era boa por causa da falta de saneamento e mau uso dos recursos hídricos, piorou com o desastre ambiental de Brumadinho (MG).

Relatório da Fundação SOS Mata Atlântica, divulgado nesta sexta-feira, com base em coleta de água em 278 pontos distribuídos por 220 rios que cortam 103

municípios de 17 Estados, aponta que apenas 18 pontos (6,5%) apresentam qualidade boa na média do ciclo, sendo que nenhum dos rios e corpos d'água tem qualidade ótima. Dos 278 pontos de coleta de água monitorados, 207 (74,5%) apresentam qualidade regular.

Em 49 pontos (17,6%) a qualidade é ruim e, em três pontos, (1,4%) péssima. A qualidade de água péssima e ruim obtida em quase 20% dos pontos monitorados evidencia que 53 rios estão indisponíveis - com água imprópria para usos - por conta da poluição e da precária condição ambiental das suas bacias hidrográficas. "Os rios brasileiros estão por um triz", destaca Malu Ribeiro, assessora da Fundação SOS Mata Atlântica.

O relatório permite avaliar pela primeira vez a evolução dos indicadores de qualidade da água em todos os Estados da Mata Atlântica, com base nas análises comparativas dos dados aferidos neste ciclo de monitoramento com o anterior, considerando os indicadores apurados em 236 pontos fixos de coleta. Os índices regular (78% em 2018 e 75,4% em 2019) e ruim (17,4% e 16,9%) não apresentaram grande diferença. Já os pontos péssimos pularam de nenhum para três e os considerados bons, de 11 para 15.

Entre os principais alertas do relatório está o fato de que o rio São Francisco já se encontra contaminado com rejeitos da barragem Córrego do Feijão, da Vale, rompida no dia 25 de janeiro, em Brumadinho. A estrutura afetada está em um córrego afluente ao rio Paraopeba, que, por sua vez, deságua no São Francisco, no reservatório da usina hidrelétrica de Três Marias, localizado a 331 km da barragem rompida. O rio Paraopeba perdeu a condição de manancial de abastecimento público.

Entre os dias 8 e 14 deste mês, a equipe da SOS Mata Atlântica revisitou a região até o Alto São Francisco para verificar a presença de rejeitos. Dos 12 pontos analisados, nove estavam com condição ruim e três em regular, o que torna o trecho a partir do Reservatório de Retiro Baixo, entre os municípios de Felixlândia e Pompeu, até o Reservatório de Três Marias, no Alto São Francisco, com água imprópria para uso da população. Nestes pontos, a transparência da água estava em condições piores do que as estabelecidas pela Resolução 357 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Em alguns locais, o indicador verificado chegou a estar entre duas e seis vezes mais que o permitido. As concentrações de ferro, manganês, cromo e cobre também estavam acima dos limites máximos permitidos na legislação, o que evidencia o impacto da pluma de rejeitos de minério sobre o Alto São Francisco. Segundo a ONG, 112 hectares de florestas nativas foram devastados. Destes, 55 hectares eram áreas bem preservadas, monitoradas anualmente pelo Atlas da Mata Atlântica.

Os dados comprovam que o Reservatório de Retiro Baixo está segurando o maior volume dos rejeitos de minério que vem sendo carreados pelo Paraopeba. Apesar das medidas tomadas no sentido de evitar que os rejeitos atinjam o rio São Francisco, os contaminantes mais finos estão ultrapassando o reservatório e descendo o rio e já são percebidos nas análises em padrões elevados.

A concentração máxima de cobre na água para rios como o Paraopeba é de 0,009 mg/l. Em alguns pontos o resultado superou em mais de duas vezes esse número. O consumo de quantidades relativamente pequenas de cobre livre pode provocar náuseas e vômitos. A concentração elevada de ferro e manganês na água podem ser os responsáveis pela coloração avermelhada do rio. "A legislação ambiental deve ser fortalecida por meio de órgãos técnicos e ambientais bem estruturados, instrumentos de gestão eficientes e livres de ingerência política", diz Malu.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Eliane Cantanhêde

Título: Álcool na fogueira

Não há surpresa na prisão do ex-presidente Michel Temer, alvo de dez inquéritos e agora sem foro privilegiado, mas há uma preocupação: foi também um lance na guerra do Ministério Público e da Justiça contra o Supremo e o Congresso? Álcool na fogueira? Há décadas ouve-se falar das ligações pouco heterodoxas de Temer com o Porto de Santos, mas a prisão do ex-presidente não foi determinada por isso, nem por desvios de mais de R\$ 10 milhões da Odebrecht para o MDB, nem mesmo pela conversa de Temer com Joesley Batista no Palácio do Jaburu. A prisão foi determinada pelo juiz Marcelo Bretas, do Rio, e por uma quarta frente contra Temer: a roubalheira na **Eletronuclear e nas obras de Angra 3**.

E veio no rastro da decisão do Supremo – por um voto de diferença – de jogar para a Justiça Eleitoral os crimes de corrupção e lavagem de dinheiro conectados com caixa 2 de campanha. Segundo o MP, foi “o fim da Lava Jato”. A dúvida no STF e entre políticos é se a prisão de Temer é um contra-ataque, uma demonstração de força da Lava Jato. E isso provoca uma aliança tácita e por baixo dos panos entre ministros “garantistas” e líderes importantes do Congresso, que acusam excesso de poder do MP e correspondente “demonização da política”. No centro da guerra e da polêmica está uma pergunta bastante objetiva: há ou não justificativa para a prisão temporária (por

tempo indeterminado), particularmente por se tratar de um ex-presidente da República?

Na versão de juristas e políticos que acusam procuradores e policiais federais de atropelarem leis e regras em nome do combate à corrupção, a prisão de Temer é injustificada, porque ele é réu primário, tem endereço certo, não ameaça a ordem pública. Logo, poderia ter sido simplesmente chamado a prestar esclarecimentos, sem prisão. Na entrevista coletiva, porém, os procuradores classificaram Temer como “chefe da organização criminosa” e elencaram três motivos para a prisão temporária:

- 1) os desvios ocorrem há 40 anos e podem chegar R\$ 1,8 bilhão;
- 2) é preciso “reparar os danos”, impedindo que o resultado da propina evapore;
- 3) a quadrilha estava destruindo todos os papéis dos escritórios e até coletando dados dos investigadores.

Esse embate sobre a legalidade da prisão pode incendiar de vez não apenas as relações entre Supremo e MP como incendiar de vez a irritação popular contra a mais alta Corte do País. Basta que a defesa de Temer apresente pedido de habeas corpus e um dos ministros mande soltar o ex-presidente. Já imaginou? A tentativa de Bretas e dos procuradores é tirar Gilmar Mendes e empurrar a relatoria do eventual HC para Luís Roberto Barroso ou Edson Fachin, ambos pró-Lava Jato.

No Congresso, o efeito é imprevisível, mas não é absurdo dizer que há uma confluência de fatores adversários à votação da reforma da Previdência. Assim como a delação de Joesley Batista abortou a aprovação no governo Temer, agora há a percepção de que o MP, ao prender o ex-presidente, atacou o MDB e cutucou o mundo político. E mais: a proposta dos militares e a queda brusca de Bolsonaro no Ibope, com apenas três meses. O PT odeia Temer, mas sua prisão pode promover uma aliança entre parte da esquerda e parte da direita, contra o MP e atropelando a pauta do governo.

Em vez de priorizar o pacote do ministro Sérgio Moro contra a corrupção e o crime organizado, o Congresso poderá ressuscitar justamente o oposto: a proposta contra o abuso de autoridade. Por mais que haja um bilhão e 800 milhões de razões para a prisão de Michel Temer, que era só questão de tempo, “há muito mais mistério entre o céu e a terra do que supõe a nossa vã filosofia”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 22/03/2019****Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: Novo programa de gás deve ser lançado até junho**

O governo deve lançar até junho um pacote de medidas para promover a abertura do mercado de gás, disse o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. O programa deve se chamar “Novo Mercado de Gás”, e os trabalhos serão conduzidos de forma coordenada com o Ministério da Economia. O plano deve ser a tentativa de cumprir a promessa do “choque da energia barata”, anunciado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em entrevista ao Estado. O ministro disse que informações e estudos já apresentados ao longo da formulação do programa Gás para Crescer, lançado no governo do ex-presidente Michel Temer, serão aproveitados. Segundo ele, é difícil, porém, garantir uma redução de 50%, como Guedes afirmou. A ideia é elevar a competitividade da indústria brasileira a partir da exploração do gás das áreas do pré-sal. “Não sei se será uma redução de 50% do custo do gás, porque é muito difícil quantificar isso, mas o objetivo é que o valor da energia gerada pelo gás seja competitivo”, acrescentou.

O ministro reconheceu que as ações dependem de outros órgãos, como a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), da Petrobrás e de outras empresas do setor, como as distribuidoras que, em muitos casos, possuem participação acionária de governos estaduais. Albuquerque também foi questionado sobre a possibilidade de concessão de subsídios para a expansão de gasodutos. Uma emenda incluída em um projeto de lei já aprovado no Senado e em tramitação na Câmara destina 20% dos recursos do fundo social do pré-sal, destinado à saúde e educação, para o Brasduto, fundo que faria empréstimos subsidiados para a construção dessas estruturas. O ministro disse, porém, que ainda não há uma posição formada sobre essa emenda. “Isso não estava no projeto de lei original”, disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 22/03/2019****Seção: Economia****Autor: Renée Pereira****Título: Aquisições de R\$ 5 bi põem Omega entre maiores geradoras**

Criada em 2008, empresa começou com uma PCH, de 20 MW, e hoje tem 1.145 MW de Energia renovável

Desde que abriu o capital, em julho de 2017, a Omega Energia – empresa de geração de Energia renovável – adquiriu no mercado quase R\$ 5 bilhões em ativos e se tornou uma das maiores companhias de geração renovável do País. Foram dois complexos eólicos e um parque de geração solar, que elevaram a capacidade instalada da empresa – cujo sócio é a gestora de recursos Tarpon – em 140%, para 1.145 megawatts (MW). Parte desse volume – cerca de 500 MW – ainda entrará em operação e terá reflexo positivo nas receitas nos próximos meses. Em 2018, a receita líquida da empresa cresceu 36% em relação ao ano anterior, para R\$ 742 milhões. O lucro líquido teve alta de 66%, para R\$ 502 milhões, segundo balanço divulgado ontem. Criada em 2008, a Omega abriu seu capital em julho de 2017, quando captou R\$ 789 milhões.

Um ano antes a empresa já havia tentado fazer seu IPO (oferta pública de ações), mas o cenário turbulento, com impeachment da então presidente Dilma Rousseff, atrapalhou os planos dos sócios. A tentativa, porém, deu algumas pistas do que o mercado queria, afirma o analista do Santander, Thiago Roberto Luis da Silva. “Os road shows (apresentações) feitos mostraram que os investidores não queriam uma empresa que faz tudo, que vai a leilão, que constrói e opera.” Foi aí que a Omega foi dividida em geração e desenvolvimento. A abertura de capital envolveu apenas a geradora, que hoje vale no mercado R\$ 2,34 bilhões – 86% acima do valor da época do IPO. O presidente e fundador da Omega, Antonio Bastos Filho, conta que a abertura de capital era uma escolha para fazer a empresa crescer.

“Já tínhamos mapeado as opções e então decidimos fazer as captações.” Ao separar o grupo em duas áreas, ele afirma que conseguiu ampliar a margem da empresa de geração e ter um dos melhores desempenhos do setor. A Omega começou a ser desenhada em 2007, quando Bastos Filho voltou de uma temporada de estudos nos Estados Unidos. A ideia era criar um fundo para investir em Energia renovável, mas decidiram montar uma geradora. Formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas, ele já conhecia os sócios da Tarpon (José Carlos Reis de Magalhães Neto, Pedro de Andrade Faria e Eduardo Mufarej) da época da faculdade e conseguiu convencê-los da qualidade do projeto. O primeiro empreendimento da empresa foi uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), de 20 MW, que entrou em operação em 2010. Nos anos seguintes vieram os parques eólicos e, mais recentemente, o complexo solar de Pirapora, em Minas Gerais.

Para o futuro, Bastos Filho, de 40 anos, diz que o objetivo é integrar os ativos adquiridos desde a abertura de capital, fazer os ajustes necessários e garantir a performance dos empreendimentos para a empresa. Appetite. As aquisições continuam no radar da empresa. “Hoje há no mercado cerca de 18 mil MW que vão mudar de mãos nos próximos anos e, portanto, podem ser potenciais negócios para a Omega”, diz Bastos Filho. Para ir às compras, porém, a empresa

poderá ter de fazer emissões, afirma Silva, do Santander. Segundo ele, com as últimas compras, a Omega esgotou o volume captado. Mas o movimento poderia ser uma boa notícia para a Omega, uma vez que daria maior liquidez para a companhia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/03/2019

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Depois de veto do Cade, Petrobrás retoma oferta da Liquigás ao mercado

Global. Petroleira contrata o Santander para voltar a vender sua operação de botijão de gás e muda modelo de negócio para tentar atrair estrangeiros; entre os interessados estariam grupos da França, da Turquia e da China, bem como fundos de investimentos

A Petrobrás contratou novamente um banco para voltar vender a Liquigás, segundo três fontes a par do assunto. Dessa vez, o espanhol Santander assumiu o mandato e os investidores vão começar a receber materiais de campanha para a venda. Oferecida ao mercado pela primeira vez em 2016, como parte do plano de desinvestimento da Petrobrás, após as fortes perdas registradas pela petroleira com a política energética adotada durante o governo Dilma Rousseff, a divisão de botijão de gás cozinha atraiu diversos interessados.

Entre eles, o grupo Ultra (dono da Ultragaz), a Supergasbraz e a Copagaz, além da turca Aygas. O martelo acabou sendo batido para o grupo Ultra, que ofereceu R\$ 2,8 bilhões pelo negócio, em novembro daquele ano. No início de 2018, porém, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) barrou a aquisição. Líder de mercado, a Ultragaz aumentaria sua participação para mais de 60% em alguns Estados com a compra da Liquigás, que é vice-líder.

Nova estratégia. Segundo pessoas próximas ao assunto, a Petrobrás está preocupando-se em atrair, sobretudo, interessados estrangeiros para evitar que o processo seja novamente barrado. A hipótese de fatiamento da Liquigás por Estados, conforme chegou a ser aventado, foi descartada. Grupos da França, da Turquia e da China estariam interessados pelo negócio, além de grandes fundos de investimento. A estimativa dos envolvidos é que o valor alcançado no novo processo de venda supere os R\$ 2,8 bilhões que o Ultra desembolsaria anteriormente. A expectativa, porém, contraria estimativas de mercado. Segundo especialistas, a Ultragaz pagaria o sobrepreço para conquistar o domínio do mercado.

Não há outra empresa na mesma posição desta vez, evidentemente para evitar reação semelhante do Cade. Pessoas ligadas à estatal afirmam que a Petrobrás tem pressa em vender vários ativos e quer evitar desgastes, como as liminares impetradas contra a venda de sua outra subsidiária, a Transportadora Associada de Gás (TAG). A oferta da rede de gasodutos de 4,5 mil quilômetros foi suspensa e depois retomada após decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A francesa Engie é a ofertante preferencial no processo de venda do ativo, que deve ser um dos principais negócios do ano no País. As estimativas são de que a TAG seja vendida por valores entre US\$ 8 e US\$ 9 bilhões.

Revés. Nesta semana, a petroleira sofreu outro impacto em suas contas, com a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) de manter a multa da Receita Federal de R\$ 2,2 bilhões, referentes à cobrança de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre o aluguel de plataformas, em 2009. A decisão do Carf colocaria pressão extra para que os negócios planejados para esse ano fossem acelerados, apesar de a estatal já ter afirmado que pretende recorrer ao Judiciário. Já no grupo Ultra, o direcionamento na busca de novos negócios foi voltado a outras áreas.

André Pires, diretor financeiro e de RI da Ultrapar, afirmou ontem que a companhia ainda vê oportunidades de investimentos no País em diversos setores em 2019, “mas, no momento, a empresa está apenas monitorando”. Segundo ele, a projeção se sustenta na própria recuperação econômica esperada para o Brasil, que deve favorecer os negócios. “As oportunidades que aparecem não são semelhante às que tivemos no passado”, disse. O grupo Ultra foi obrigado a pagar uma multa de R\$ 280 milhões por conta do veto do Cade ao negócio. Procurados, Petrobrás e Santander não comentam. / COLABOROU CRISTIAN FAVARO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/03/2019

Seção: Economia

Autor: LUCI RIBEIRO e LORENNNA RODRIGUES

Título: CSN ganha prazo para vender Usiminas

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) acatou parcialmente o pedido da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e prorrogou o prazo para que a empresa venda as ações que detém na Usiminas. A nova data para cumprimento da obrigação é confidencial. O desinvestimento está previsto em acordo firmado em 2015, quando o Cade autorizou a CSN a adquirir, com restrições, participação acionária da siderúrgica mineira. O prazo dado pelo órgão foi de cinco anos e terminaria em abril.

A procuradoria condicionou a flexibilização do prazo à manutenção da suspensão dos direitos políticos da CSN na Usiminas, até a venda das ações. Desde que assinou o termo, a CSN pode usufruir somente de seus direitos patrimoniais. Segundo o Cade, a condição foi imposta para preservar a concorrência, já que, como acionista da Usiminas, a CSN poderia influenciá-la. Conforme fontes, o pedido de prorrogação foi feito pela CSN há um ano. A companhia pediu ao menos mais seis meses para se desfazer dos papéis, o que estenderia o prazo até outubro. O acordo com o Cade prevê que a CSN não poderá ter mais de 5% da Usiminas. Hoje, tem 16,66% do capital.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/03/2019

Seção: Política

Autor: FABIO SERAPIÃO, FAUSTO MACEDO, JULIA AFFONSO, LUIZ VASSALLO, MARCELO GODOY, PEDRO VENCESLAU, RENATO ONOFRE, ROBERTA JANSEN e VINICIUS NEDER

Título: Para MPF, ex-presidente destruiu provas e vigiou ação de policiais

Procuradora Fabiana Schneider afirma que ‘grupo criminoso’ que seria chefiado por Temer ‘atuava havia 40 anos’

É longa a lista de argumentos usados pelos procuradores de República para justificar a prisão do ex-presidente Michel Temer: líder de uma organização criminosa que monitorou policiais, destruiu provas, produziu documentos falsos para despistar as investigações, lavou dinheiro e intimidou e subornou testemunhas. Uma prisão que, segundo seu defensor, o criminalista Eduardo Cernelós, é “uma barbaridade”. “Serve apenas à exibição do ex-presidente como troféu aos que, a pretexto de combater a corrupção, escarnecem das regras básicas inscritas na Constituição”, disse (mais informações na pág. A6). A procuradora Fabiana Schneider, da força-tarefa da Lava Jato, defendeu a necessidade das dez prisões decretadas pelo juiz Marcelo Bretas, da 7.ª Vara Federal Criminal do Rio.

“Esse grupo criminoso atuava havia 40 anos.” Para o MPF, ele estaria envolvido com pagamentos de propinas já feitos ou prometidos e desvios de recursos públicos que chegariam a R\$ 1,8 bilhão. A ação que levou mais um ex-presidente do País para a cadeia é um desdobramento da Operação Radioatividade, que apurou crimes de formação de cartel, fraude em licitação e pagamento de propina a executivos da Eletronuclear durante a construção da usina nuclear de angra 3. Após Temer deixar a Presidência, a apuração que o envolvia no caso foi remetida pelo Supremo Tribunal Federal à Justiça Federal, no Rio. Foi parar nas mãos da força-tarefa da Lava Jato, e virou a Operação Descontaminação. Em 383 páginas, os procuradores da força-tarefa apontaram

ao juiz Bretas que Temer teria recebido R\$ 1,1 milhão pago pelo empreiteiro José Antunes Sobrinho, ligado à Engevix.

De acordo com a Polícia Federal, Sobrinho disse em sua delação que a propina foi solicitada em 2014 pelo coronel da reserva da Polícia Militar de São Paulo João Baptista Lima Filho e pelo ex-ministro Wellington Moreira Franco (MDB), apontados como operadores de Temer. Para tanto, segundo a procuradoria, a empresa Argeplan, do coronel Lima, “participou do consórcio da AF Consult LTD, vencedor da licitação para a obra da Usina Nuclear de angra 3, apenas para repassar valores a Michel Temer”. A empresa não tinha “pessoal e expertise suficientes para a realização dos serviços”.

Contraineligência. Ao justificar o pedido de prisão, o MPF comparou o caso de Temer com o do ex-deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ), também preso antes de condenado em segunda instância. Denunciado três vezes em outros casos de suposta corrupção, o grupo de Temer teria, segundo os procuradores, montado “um braço de contrainteligência” para vigiar policiais responsáveis pela investigações, destruído provas e falsificado documentos. Para sustentar essas afirmações, a força-tarefa apresentou papéis apreendidos em março de 2018 com pessoas ligadas a Temer. Esse foi o caso de um documento que mostrava tentativa de mudar a propriedade da empresa AF Consult, ligada à Argeplan, do coronel Lima. Também são listadas anotações sobre a preparação de argumentos para a defesa dos acusados. Em uma delas, estava escrito: “Será que irão (atrevidimento) interrogar sobre a natureza do assuntos tratados com o presidente!”

Os funcionários da Argeplan teriam parado de armazenar documentos e as câmeras de vídeo da empresa não gravavam imagens. Para os investigadores, tudo isso fazia parte da estratégia de contrainteligência montada pelo coronel Lima. Eles não mostram, porém, nada que ligue Temer a aos documentos apreendidos em março de 2018 ou que demonstre sua conivência com o que é apontado. O que o liga às condutas dos demais é a acusação de liderar a organização criminosa. O fato mais recente listado pelos procuradores que envolveria diretamente o ex-presidente foi o suposto suborno do corretor Lúcio Funaro, denunciado em 2017 pelo empresário Joesley Batista, do grupo J&F, e alvo de outro processo criminal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/03/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Acusado de liderar grupo criminoso, Temer é preso

Emedebista é, depois de Lula, o 2º ex-presidente da República a ser detido após investigação criminal por suspeita de corrupção; ex-ministro Moreira Franco também é alvo da operação

O ex-presidente Michel Temer foi preso preventivamente ontem, em São Paulo, por determinação do juiz Marcelo Bretas, titular da Operação Lava Jato no Rio. O emedebista, de 78 anos, é, depois de Luiz Inácio Lula da Silva, o segundo ex-presidente da República a ser preso após uma investigação criminal por suspeita de corrupção. Ele foi detido sem prazo determinado sob a acusação de liderar uma organização criminoso que atuava “há praticamente 40 anos”, segundo o Ministério Público Federal.

A ação que levou o ex-presidente para uma cela na Superintendência da PF no Rio é decorrente de investigação que tem como base delação de José Antunes Sobrinho – da empreiteira Engevix – e apurou crimes de formação de cartel, fraude em licitações e pagamento de propinas em contratos da obra de **Angra 3**. Após decisão do Supremo Tribunal Federal, o caso foi desmembrado e remetido à Justiça Federal fluminense. Além de Temer, foram presos o ex-ministro Moreira Franco, apontado como “longa manus” do ex-presidente, o coronel João Baptista de Lima Filho e outros suspeitos. Em sua decisão, Bretas citou operações da PF de 2017 e 2018 para concluir que os investigados agiam “para ocultar ou destruir provas de condutas ilícitas”.

A defesa de Temer ingressou ontem mesmo com pedido de habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 2.ª Região. A prisão foi fortemente contestada pelos defensores e considerada “uma barbaridade”. O despacho de Bretas despertou polêmica entre juristas e advogados ouvidos pelo Estado. No Congresso, deputados e senadores viram na prisão do ex-presidente uma tentativa de desgaste da classe política. Mesmo parlamentares que fizeram oposição à gestão de Temer criticaram a ação da PF, classificada como “populismo penal” da Lava Jato.

Em viagem ao Chile, o presidente Jair Bolsonaro, contudo, associou a detenção ao que chamou de “aquela velha história de Executivo muito afinado com Legislativo, onde a governabilidade vem em troca de cargos, ministérios e estatais”. Temer recebeu voz de prisão da PF quando saía de sua residência pela manhã, na zona oeste da capital paulista. Policiais fizeram buscas em sua casa e também em seu escritório. O ex-presidente perdeu o foro especial no Supremo quando deixou a Presidência da República no fim do ano passado. Reeleito vice-presidente na chapa com Dilma Rousseff em 2014, Temer assumiu o cargo mais alto do País em 2016 após o impeachment da petista.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 22/03/2019****Seção: Política****Autor: VERA ROSA, FAUSTO MACEDO, ROBERTA JANSEN, VINICIUS NEDER, FABIO SERAPIÃO****Título: Moreira monitorava as propinas, afirma MPF**

Procuradores definem ex-ministro como ‘longa manus’ de Temer na organização

Wellington Moreira Franco é o “longa manus” do ex-presidente Michel Temer “nos atos ilícitos praticados pela organização criminoso”. Assim os procuradores da República da força-tarefa da Lava Jato no Rio justificaram o pedido de prisão do político que foi governador do Rio (1987- 1991), ministro da Secretaria da Aviação Civil (2013 a 2015), secretário-geral da Presidência (2017 a 2018) e ministro das Minas e Energia (2018). “Ele não só solicitou o pagamento de propina, mas também acompanhou o pagamento até a sua efetiva realização”, afirmou o procurador Sérgio Pinel.

A fundamentação do pedido de prisão preventiva contra o ex-ministro ocupa menos de 2 das 383 páginas do pedido feito pelo Ministério Público Federal. Para o advogado do ex-ministro, Antônio Sérgio Moraes Pitombo, a prisão era desnecessária, pois Moreira Franco “manifestou estar à disposição nas investigações em curso, prestou depoimentos e se defendeu por escrito quando necessário”. “Causa estranheza o decreto de prisão vir de juiz de direito cuja competência não se encontra ainda firmada, em procedimento desconhecido até aqui.” Segundo o MPF, além da Eletronuclear, Moreira Franco também negociou propinas na Secretaria da Aviação Civil.

Véspera. Na véspera de ser preso, Moreira Franco dormiu na casa do seu genro, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), como sempre faz quando está em Brasília. Na quarta-feira à tarde, Moreira participou da reunião da Executiva Nacional do MDB. O principal assunto tratado ali foi a eleição para renovar a cúpula do partido, no segundo semestre. Presidente do MDB, o ex-senador Romero Jucá (RR) – também alvo de investigações – avisou que não disputará novo mandato. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, é um nome citado para assumir o posto. Para tanto, o partido precisaria mudar o seu regimento, que não permite ter no comando um governador.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 22/03/2019****Seção: Metrópole****Autor: André Borges****Título: Força-tarefa busca dono de 570 barragens**

‘Órfãs’ incluem reservatórios abandonados e outros só com cadastro básico de controle

A informalidade é a rotina de centenas de reservatórios espalhados pelo Brasil. Uma das principais respostas que a força-tarefa montada pelo governo federal procura é, no mínimo, constrangedora: saber quem são os donos de 570 estruturas que foram erguidas pelo País afora. Na lista das chamadas barragens “órfãs” estão desde reservatórios abandonados pelos responsáveis até aqueles que possuem um cadastro básico nos órgãos de controle, mas que nunca buscaram qualquer autorização legal para funcionar, ou seja, estão completamente irregulares. A gravidade do problema ficou escancarada no último fim de semana, quando mais de 2 mil moradores do município de Ubajara, no Ceará, tiveram de ser retirados às pressas de suas casas. O motivo foi o risco de rompimento da Barragem Granjeiro, uma dessas 570 barragens órfãs. A empresa que viria a ser identificada como a dona da barragem, a Agroserra Companhia Agroindustrial Serra da Ibiapaba, já tinha sido encontrada pela Agência Nacional de Águas (ANA) antes do alerta da Defesa Civil.

A agência fiscalizadora havia pedido à empresa que regularizasse sua situação, mas nada foi feito. “Notificamos essa empresa diversas vezes. Ela só podia pegar água se tivesse a nossa autorização. Sabíamos quem era o seu dono, mas ele não tinha outorga e ignorou o nosso pedido. Por isso, já foram multados em R\$ 90 mil”, disse ao Estado a diretora-presidente da ANA, Christianne Dias. Na segunda, completam-se dois meses da catástrofe do rompimento da barragem da mineradora Vale, em Brumadinho, Minas. Os dados oficiais apontam que 96 vítimas ainda estão desaparecidas. A tragédia soma 210 mortos identificados. O governo decidiu classificar todas as 570 barragens “órfãs” nos índices mais críticos de segurança: risco alto de rompimento e dano potencial alto, caso ocorra um desastre.

“Esse exemplo de Granjeiro mostra a importância de irmos atrás dessas barragens o mais rápido possível. Até 31 de dezembro deste ano, essas e todas as demais barragens de risco alto e dano potencial alto serão vistoriadas in loco, por cada um dos órgãos responsáveis”, afirmou Christianne. Nos últimos dias, 147 servidores do governo federal concluíram cursos sobre segurança de barragens para acompanhar o trabalho de fiscais que já atuam nessas inspeções. No Congresso, o governo apoia um projeto de lei que prevê o

aumento das multas para irregularidades encontradas em reservatórios e uma nova classificação de riscos e danos, para que a fiscalização fique mais rígida. Os números do Relatório de Segurança de Barragens, levantamento que é elaborado pela ANA, apontam que existem 24.092 barragens de todos os tipos cadastradas pelos órgãos fiscalizadores, incluindo ANA, Agência Nacional de Mineração (ANM), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Informações. Os dados consolidados até dezembro de 2017 apontavam que, de cada cem barragens erguidas no País, 76 simplesmente não apresentavam informações suficientes para que os órgãos as submetessem ou não às regras da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Um total de 18.446 barragens não tinham informações básicas, como a altura do reservatório. Outras 9.584 não possuíam dados sobre a capacidade de armazenamento. “Temos trabalhado para reverter essa situação”, diz a diretora-presidente da ANA, órgão responsável pela fiscalização de 91 reservatórios. Segundo Christianne, a agência tem procurado formas de apoiar órgãos estaduais para executar as fiscalizações de estruturas regionais.

Operação da Vale em Nova Lima terá de ser suspensa

A Justiça determinou ontem que a Vale suspenda todas as atividades ligadas à barragem de Dique 3, em Nova Lima (MG). Segundo a decisão, a empresa deve interromper as operações de usinas, cavas e transportes associados a essa estrutura, até que seja comprovada a estabilidade da barragem e neutralizados todos os riscos humanos, ambientais e socioambientais. O pedido teve como base documentos da consultoria Tüv Süd que falavam na necessidade de revisão da estrutura. Procurada, a Vale não se manifestou sobre a decisão. / RENATA BATISTA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/03/2019

Seção: Poder

Autor: Ana Luiza Albuquerque e Catia Seabra

Título: Ministério Público liga grupo de Temer a desvios de até R\$ 1,8 bi

Para órgão, tentativa de depositar R\$ 20 mi em 2018 indica esquema ativo

Rio de Janeiro- “Estranho seria se Temer não tivesse sido preso”, disse o procurador Eduardo El-Hage a jornalistas na tarde desta quinta-feira (21), na Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

Enquanto a equipe do Ministério Público Federal listava argumentos que, segundo eles, justificam as prisões preventivas, o ex-presidente Michel Temer (MDB) era levado para o prédio da PF, onde permanecerá detido.

A tese do Ministério Público é simples, embora a execução dos supostos crimes tenha sido complexa: o órgão sustenta que Temer liderou uma organização criminosa que durante 40 anos recebeu vantagens indevidas por meio de contratos envolvendo órgãos públicos e empresas estatais.

Segundo os procuradores, foi prometido, pago ou desviado para a organização mais de R\$ 1,8 bilhão. O caminho de boa parte deste dinheiro, no entanto, ainda não foi identificado pelos investigadores.

A operação deflagrada nesta quinta teve como foco um contrato firmado entre a Eletronuclear e as empresas Argeplan (do amigo de Temer, o coronel João Baptista Lima Filho), AF Consult e Engevix.

A delação de José Antunes Sobrinho, executivo da Engevix, foi um ponto de partida para a investigação.

De acordo com o Ministério Público, as empresas contratadas não tinham qualificação para executar o projeto de engenharia da **usina nuclear de angra 3**. Por isso, subcontratam a Engevix, em troca do pagamento de cerca de R\$ 1 milhão em propina em benefício do ex-presidente.

Os procuradores afirmam que Othon Silva, ex-presidente da Eletronuclear, foi colocado no cargo por Temer, com o objetivo de gerar propina por meio da estatal.

Segundo as investigações, as vantagens indevidas foram pagas por meio de transferências da empresa Alumi Publicidades para a PDA Projeto e Direção Arquitetônica, controlada pelo coronel Lima. Para isso, foram simulados contratos de prestação de serviços.

Moreira Franco, à época ministro da Secretaria de Aviação Civil, teria ajudado a viabilizar o pagamento da propina, pensando em formatos para cobrir atividades ilícitas. A Alumi, que fez o repasse para a empresa do coronel Lima, estava envolvida em um projeto no aeroporto de Brasília.

Os investigadores dizem ter encontrado um dos destinos da propina oriunda do contrato de angra 3: uma reforma na casa de Maristela Temer, filha do ex-presidente.

Segundo o Ministério Público, além de administrar as obras, o coronel Lima empregou na reforma vantagens indevidas recebidas pelo grupo criminoso, em um ato de lavagem de dinheiro.

Foi identificado o uso do email da Argeplan, empresa de Lima, na transmissão de recibos de pagamentos de materiais e serviços, além da atuação de funcionários da empresa na reforma.

Relatório policial indica que contratados da obra disseram que receberam a maior parte do pagamento em dinheiro vivo, em valores que podem ultrapassar R\$ 1,5 milhão.

O Ministério Público sustenta que as vantagens indevidas resultantes deste contrato representam apenas um braço da organização criminosa que atua há décadas sob o comando de Temer.

Esse grupo, segundo o órgão, continua em operação, recebendo, movimentando e ocultando valores ilícitos, inclusive no exterior. A organização teria acertado propinas que ainda não foram pagas, o que também teria motivado as prisões.

Para o MPF, uma tentativa de depósito de R\$ 20 milhões em espécie na conta da Argeplan, em outubro de 2018, indica que o grupo ainda está ativo. O setor de compliance do banco rejeitou o dinheiro.

O procurador José Augusto Vagos afirmou a jornalistas que três razões justificam as prisões desta quinta — a garantia da ordem pública, a garantia da aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal.

Ele argumentou que os alvos da operação forjaram documentos e destruíram provas para dificultar as investigações. Segundo Vagos, tudo produzido na Argeplan era destruído em seguida.

Além disso, de acordo com o procurador, agentes da Polícia Federal estavam sendo monitorados pelos envolvidos. Segundo ele, foram apreendidos papéis com dados pessoais dos investigadores.

Vagos também sustenta que funcionários da Argeplan combinaram a mesma versão para justificar as atividades ilícitas.

Ele ressaltou que o mesmo grupo criminoso já havia tentado obstruir a justiça no esquema que envolveu a empresa J&F e que teve como símbolo a famosa frase de Temer: “Tem que manter isso, viu”.

“Se foram capazes de fazer aquilo naquele momento, obviamente continuam capazes até hoje”, afirmou.

Por fim, o Ministério Público argumenta que as prisões também se justificam pela necessidade de descobrir onde estão os valores ocultados e ressarcir os cofres públicos. O órgão deve apresentar duas denúncias envolvendo o caso na próxima semana.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/03/2019

Seção: Poder

Autor:

Título: Temer é preso pela Lava Jato suspeito de liderar organização criminosa

★ Detido 79 dias após deixar Planalto, emedebista é 2o presidente na cadeia por corrupção ★ Procuradoria diz que grupo age há 40 anos e cita R\$ 1,8 bi em propina pedida ou paga ★ Prisão fere lei, diz defesa

RIO DE JANEIRO, BRASÍLIA E SÃO PAULO- O ex-presidente Michel Temer (MDB) foi preso nesta quinta-feira (21) em São Paulo após pedido do juiz Marcelo Bretas, da força-tarefa da Lava Jato no Rio.

A prisão ocorre 79 dias depois de o emedebista deixar a Presidência. Temer, 78, é o segundo presidente da República a ser detido após investigação de corrupção na esfera penal — o primeiro foi Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Vice de Dilma Rousseff (PT), Temer assumiu a Presidência em 2016, como impeachment da petista, e deixou o governo como o presidente mais impopular desde o fim da ditadura.

Durante a República, outros presidentes foram presos apenas por crimes políticos, em meio a crises e golpes.

O caso que mais se aproxima do de Lula e Temer, que tiveram tramitação na esfera judicial, aconteceu há quase 97 anos — trata-se da prisão de Hermes da Fonseca (1910-1914). Mas o caso do marechal foi essencialmente político.

Ao detalhar a operação desta quinta-feira, o Ministério Público Federal afirmou que chega a R\$ 1,8 bilhão o montante de propinas solicitadas, pagas ou desviadas pelo grupo de Temer, que age há 40 anos, segundo a Procuradoria.

O ex-presidente foi levado à Superintendência da Polícia Federal no Rio, onde foi recebido sob gritos de “ladrão” na noite desta quinta. Mais cedo, Temer

disse a um jornalista que sua prisão se tratava de uma “barbaridade”. A detenção do emedebista foi antecipada pela TV Globo.

Bretas decidiu enviar Temer ao prédio da PF no Rio para garantir o mesmo tratamento dado a Lula, que cumpre pena na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba desde abril de 2018, condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

O juiz Bretas, em seu pedido, justificou que a prisão preventiva (por prazo indeterminado) de Temer se deu para evitar a destruição de provas e garantir a ordem pública.

Além de Temer, a Lava-Jato pediu à Justiça Federal a prisão preventiva de mais sete pessoas, entre elas o ex-ministro Moreira Franco e o coronel João Baptista Lima Filho, amigo do ex-presidente. Outros dois investigados tiveram prisão temporária solicitada. A investigação, que apura os crimes de corrupção, peculato e lavagem de dinheiro, é um desdobramento das operações Radioatividade, Pripyat e Irmandade, que investigaram desvios na estatal Eletronuclear para a construção da **usina de Angra 3**.

A prisão de Temer está relacionada com a delação de José Antunes Sobrinho, sócio da empreiteira Engevix. De acordo com ele, Moreira Franco ajudou a viabilizar repasses ilícitos para o MDB na campanha de 2014. Segundo o Ministério Público Federal, a Engevix pagou R\$ 1 milhão em propina no fim daquele ano a uma empresa controlada pelo coronel Lima. A posição hierárquica de vice- presidente e depois presidente permite concluir “que Michel Temer é o líder da organização criminoso a que me referi”, escreveu o juiz Bretas no pedido de prisão.

Ao ficar sem mandato, Temer perdeu a prerrogativa de foro perante o STF (Supremo Tribunal Federal), e denúncias contra ele foram mandadas para a Justiça Federal. Recentemente, o ministro do STF Luis Roberto Barroso deferiu pedido da Procuradoria-Geral da República para que se abram cinco novas investigações sobre Temer, que tramitarão na primeira instância.

A PGR já havia denunciado Temer em dezembro, sob acusação de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A denúncia decorreu de investigação de 2017, na esteira da delação da JBS, sobre supostas irregularidades na edição do Decreto dos Portos, assinado por Temer em maio daquele ano. Das 5 novas apurações abertas, 3 têm a Argeplan Arquitetura e Engenharia como peça central.

A PGR sustenta que a empresa, que aparece na denúncia dos portos como intermediária de propina e que tem como um de seus sócios o coronel João Baptista Lima Filho, pertence de fato a Temer.

Um dos pedidos de abertura de inquérito envolve um contrato de R\$ 162 milhões obtido pela Argeplan para executar obras em Angra 3. A concorrência foi vencida pela empresa do coronel Lima em 2012, quando Temer era vice-presidente do governo Dilma.

Ao lado da Argeplan, a empreiteira Engevix também foi subcontratada para a obra.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, requereu que a apuração desse caso seja feita perante a 7a Vara Criminal da Justiça Federal no Rio, sob responsabilidade de Bretas, onde outros processos sobre a Eletronuclear já tramitaram.

Em entrevista coletiva na tarde desta quinta, o procurador José Augusto Vagos afirmou que os alvos da operação forjaram documentos e destruíram provas para dificultar as investigações.

O Ministério Público defende a tese de que os pagamentos de propina ainda são realizados. Segundo o MPF, o destino completo do R\$ 1,8 bilhão pago ou prometido em propina à organização criminosa ainda não foi esclarecido.

A defesa de Temer entrou com um pedido de habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 2a Região, no Rio. O advogado Eduardo Cernelós afirmou que “resta evidente a total falta de fundamento para a prisão decretada, a qual serve apenas à exibição do ex-presidente como troféu”.

A prisão de Temer ocorre uma semana após a Lava Jato sofrer três derrotas: a suspensão da fundação que seria criada com dinheiro da Petrobras, a decisão do STF de que crimes comuns quando associados a crimes eleitorais podem ser julgados pela Justiça Eleitoral, e o inquérito para investigar ameaças contra ministros do Supremo.

Na manhã desta quinta-feira, em meio à prisão de Temer, o ministro do STF Gilmar Mendes se reuniu com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em Brasília. Maia é casado com a enteada de Moreira Franco.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/03/2019

Seção: Poder

Autor: Nicola Pamplona e Catia Seabra

Título: Como Lula, Temer ficará em carceragem da PF

Rio de Janeiro- O ex-presidente Michel Temer ficará preso da sede da superintendência da Polícia Federal no Rio, segundo decisão do juiz Marcelo

Bretas, que defendeu tratamento semelhante ao dado ao ex-presidente Lula, preso desde abril de 2018.

Ele ficará em uma sala que era usada pelo corregedor da PF, com banheiro privativo, janela e ar-condicionado. A sala tem um frigobar e receberá uma TV. Tem ainda uma cama de solteiro, sofá e mesa de reunião.

Temer chegou à superintendência da PF por volta das 18h40. Em sua decisão sobre o local da prisão, Bretas determinou que a PF forneça, se tiver condições, “itens mínimos” — como televisão, frigobar — compatíveis com os oferecidos a Lula em Curitiba.

“Entendo que o tratamento dado aos ex-presidentes deve ser isonômico, uma vez que o ex-presidente Lula está custodiado na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba”, escreveu o juiz.

Inicialmente, Bretas havia determinado que Temer fosse enviado ao Batalhão Especial Prisional (BEP), unidade gerida pela Polícia Militar do Rio em Niterói, na região metropolitana da capital.

Reservada a policiais, a unidade mantém hoje o ex-governador Luiz Fernando Pezão, acusado de participar do esquema de corrupção do ex-governador Sérgio Cabral.

A mudança foi feita a pedido da defesa de Temer e após consulta à Polícia Federal, que afirmou ter condições de custodiar o ex-presidente, preso na manhã desta quinta (21) na Operação Descontaminação, que apura corrupção em obras da **usina nuclear Angra 3**.

O ex-presidente chegou ao local no início da noite e foi recebido por cerca de dez manifestantes que gritavam “golpista” e “ladrão”.

O ex-ministro Moreira Franco e João Batista Lima Filho, o coronel Lima, ficarão no BEP segundo decisão de Bretas. Na unidade há uma sala de Estado-Maior, mais espaçosa e com mesa e banheiro, onde hoje está Pezão.

Com 272 vagas, o BEP tinha em outubro 239 presos, segundo os últimos dados disponíveis pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Instalado em uma construção antiga, a unidade tem campo de futebol e horta.

Nos anos 1990, antes de se tornar presídio para policiais, as instalações receberam bicheiros condenados pela juíza Denise Frossard e ficaram conhecidas como Sítio do Pica Pau Amarelo, pelo tratamento favorável aos contraventores.

Passou a abrigar apenas policiais em 2015, com a desativação do BEP em Benfica, zona norte do Rio, depois que uma juíza foi agredida por presos durante inspeção para investigar mordomias permitidas aos presos.

No novo BEP de Niterói, uma policial foi presa em flagrante em fevereiro enquanto tentava entrar com equipamentos e insumos para churrasco. Moreira Franco foi transferido para o local na noite desta quinta.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/03/2019

Seção: Poder

Autor: Catia Seabra e Wálter Nunes

Título: 'Barbaridade' para ex-presidente, prisão é criticada por advogado

Defesa afirma que Lava Jato transformou emedebista em troféu e pede soltura

OUTRO LADO

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO- A defesa do ex-presidente Michel Temer classificou sua prisão um "dos mais graves atentados ao Estado democrático e de Direito no Brasil" e disse o ex-presidente é um troféu dos investigadores da Operação Lava-jato.

O advogado do ex-presidente, Eduardo Cernelós, questionou os argumentos que sustentam a prisão de seu cliente.

"Os fatos objeto da investigação foram relatados por delator, e remontam ao longínquo primeiro semestre de 2014. Dos termos da própria decisão que determinou a prisão, extrai-se a inexistência de nenhum elemento de prova comprobatório da palavra do delator, sendo certo que este próprio nada apresentou que pudesse autorizar a ingerência de Temer naqueles fatos."

Assim que foi preso, Temer conversou com o repórter Keneddy Alencar, da rádio CBN, por telefone. Segundo o jornalista, ele disse que sua prisão se trata de "uma barbaridade".

"Eu telefonei para o presidente Michel Temer, ele atendeu, diretamente, e perguntei o que estava acontecendo. Ele disse que estava na companhia de policiais federais", disse o jornalista à rádio. "'É uma barbaridade' foi como ele reagiu à prisão", completou.

O advogado de Temer diz que os fatos usados para a prisão do seu cliente estão em apreciação no STF.

“Aliás, tais fatos são também objeto de requerimento feito pela procuradora-geral da República ao STF e o deferimento dele pelo ministro Roberto Barroso, para determinar instauração de inquérito para apurá-los, é objeto de agravo interposto pela defesa, o qual ainda não foi julgado pelo Supremo”, diz Carnelós.

“Resta evidente a total falta de fundamento para a prisão decretada, a qual serve apenas à exibição do ex-presidente como troféu aos que, a pretexto de combater a corrupção, escarnecem das regras básicas inscritas na Constituição da República e na legislação ordinária”, diz o advogado.

Carnelós entrou com pedido de habeas corpus no TRF-2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região), nesta quinta (21). O recurso foi distribuído para o juiz federal Ivan Athié.

A defesa do ex-ministro Wellington Moreira Franco manifestou “inconformidade com o decreto de prisão cautelar” e disse que ele seria desnecessário porque “ele encontra-se em lugar sabido, manifestou estar à disposição nas investigações em curso, prestou depoimentos e se defendeu por escrito quando necessário”.

O MDB, partido de Temer e de Moreira, diz que “lamenta a postura açodada da Justiça à revelia do andamento de um inquérito em que foi demonstrado que não há irregularidade por parte do ex-presidente da República, Michel Temer e do ex-ministro Moreira Franco” e “espera que a Justiça restabeleça as liberdades individuais, a presunção de inocência, o direito ao contraditório e o direito de defesa”.

A defesa de Vanderlei de Natale, dono da Construbase, diz que sua prisão é ilegal e que a investigação não o vincula aos fatos apurados no Rio de Janeiro. “Sua empresa está sediada em São Paulo e jamais prestou serviços para a Eletronuclear, objeto da presente investigação”, diz anota.

O grupo AF Consult diz que sua participação no projeto de **Angra 3** “é respaldada em contrato decorrente de processo licitatório vencido pelo grupo” e que auditorias independentes do TCU (Tribunal de Contas da União) descartaram qualquer irregularidade.

As defesas dos outros presos não foram localizadas ou não retornaram os contatos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 22/03/2019****Seção: Mercado****Autor: Julio Wiziack****Título: Ministro diz que novo modelo de venda da Eletrobras sai até junho**

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou nesta quinta-feira (21) que o governo quer acelerar o processo de capitalização da Eletrobras e pretende definir até junho o novo modelo que permitirá à União sair do controle da estatal.

O ministro, no entanto, não comentou a proposta de separar as subsidiárias da Eletrobras reunindo essas empresas em uma outra companhia para que sejam vendidas separadamente.

A secretária-executiva do ministério, Marisete Pereira, é contrária a esse modelo porque diminui valor do processo de capitalização da Eletrobras.

A expectativa era que, pelo modelo definido no governo de Michel Temer, a capitalização pudesse render R\$ 12 bilhões aos cofres públicos.

Em entrevista à Folha, Pereira afirmou que não haveria chance de que o processo de capitalização fosse concluído neste ano, ficando para 2020.

Albuquerque disse que o governo vai tentar fazer com que esse processo ocorra ainda neste ano.

No fim de 2018, a Eletrobras encerra um capítulo importante em sua reestruturação, ao vender a Ceal, de Alagoas, última distribuidora de energia que restava sob o seu controle.

Nos últimos anos, a empresa se desfez de sete distribuidoras, vendeu dezenas de participações em empreendimentos de geração e transmissão e reduziu seu quadro de funcionários quase pela metade — de 26 mil para menos de 14 mil.

O ministro também anunciou que as discussões sobre a retomada da usina nuclear de Angra 3 estão avançadas.

A obra deve ser incluída no PPI (Programa de Parceria e Investimentos) para a busca de um parceiro nos investimentos, e a expectativa, ainda segundo ele, é que a usina entre em operação em 2026.

Outra medida será a revisão do corte dos subsídios para agricultores bancados pelas contas de luz. No fim do ano passado, Temer assinou um decreto

prevendo o fim dos recursos que hoje financiam atividades como irrigação e aquicultura.

Essa medida geraria uma redução de até 2,5% da energia. Segundo o ministro, o novo decreto deve ser assinado nos próximos dias prevendo um corte escalonado de 20% ao ano até 2025 dos subsídios que hoje oneram as contas em R\$ 8 bilhões por ano.

Albuquerque disse ainda que não há nada definido sobre o valor a ser pago pela União à Eletrobras no acordo conhecido como cessão onerosa. Também afirmou que parte da indenização da Petrobras s

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Custo do gás do pré-sal põe em xeque viabilidade de térmicas

Gás carbônico e distância da costa são empecilhos para competitividade

O gás associado ao pré-sal — anunciado como uma grande aposta para baratear a energia elétrica — terá dois grandes desafios para atingir a esperada competitividade: o elevado custo para transportá-lo até a terra e a alta presença de gás carbônico.

Embora a expectativa seja grande, ainda não se sabe ao certo qual é, afinal, o volume de gás do pré-sal barato — que, por sua vez, daria origem a usinas térmicas de baixo custo.

Hoje, já se sabe que metade dos campos de exploração do pré-sal está em áreas consideradas comercialmente inviáveis para esse tipo de atividade, segundo a EPE (Empresa de Pesquisa Energética), órgão responsável pelos estudos que embasam o planejamento energético do país.

Isso ocorre porque, nessas áreas, o gás tem um teor de gás carbônico superior a 20%. Isso exigiria uma “limpeza” que, hoje, é cara demais e tornaria o uso desse gás em usinas térmicas pouco competitivo.

Pode haver surpresas, por exemplo uma área sem gás carbônico dentro de uma zona em que se esperava alta concentração — ou o oposto. Essa análise mais detalhada ainda está em curso, diz o consultor técnico Gabriel de Figueiredo da Costa, da superintendência de gás natural da EPE.

“Há muito potencial do gás do pré-sal, mas não muita certeza quanto a uma redução do preço, que seria motivada por uma grande oferta, porque essa nova oferta que vai entrar é de um gás mais caro do que é produzido hoje”, diz.

No ano passado, o então ministro de Minas e Energia, Moreira Franco (MDB-RJ), foi um defensor da realização de leilões para construir mais usinas térmicas a gás. Uma das justificativas era estimular projetos na região do pré-sal.

“Nós vamos ter uma abundância de gás no pré-sal, e obrigatoriamente vai ser barato”, declarou em 2018.

Procurado para comentar o assunto, o Ministério de Minas e Energia, hoje sob uma nova gestão, não havia se manifestado até a publicação deste texto.

Além do teor de gás carbônico, outro grande desafio para o gás do pré-sal é seu transporte até a costa, já que grande parte das áreas de exploração fica distante, e o custo de construir gasodutos é elevado.

Até agora, só uma térmica com gás do pré-sal venceu um leilão de geração e já tem contrato para vender energia aos consumidores brasileiros: a usina Vale Azul, de um consórcio formado por Shell, Pátria e Mitsubishi Hitachi Power.

O preço da energia, considerado extremamente baixo, animou o mercado — embora, no caso desse projeto, já houvesse um gasoduto construído, o que garantiu sua competitividade, segundo um analista do setor.

Para ele, um problema para viabilizar projetos novos é o planejamento: para participar dos leilões e conseguir firmar um contrato de fornecimento de energia térmica, é preciso comprovar a oferta do gás. Mas, para garantir essa oferta, é preciso ter previsibilidade e certeza de que o investimento no gasoduto não será em vão.

A expectativa, afirma, é que até o fim do ano a questão esteja solucionada e que mais projetos de usinas térmicas com gás do pré-sal poderão sair do papel a preços competitivos.

Hoje, a expectativa em torno dessa oferta é elevada.

“O potencial de abastecimento do gás do pré-sal é gigantesco. Há espaço para muitos avanços e para soluções competitivas [aos desafios]”, diz Cláudio Salles, presidente do Instituto Acende Brasil.

VEÍCULO: O Globo**Data: 22/03/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Prisão do ex-presidente Temer é demonstração de força da Lava-Jato**

Operação acontece num momento de relações tensas entre o MP e alguns ministros do Supremo

Se a prisão do ex-presidente Michel Temer não chega a ser uma surpresa, devido aos inquéritos que tramitam sobre ele, e também à vulnerabilidade que passou a ter ao sair da Presidência e perder o foro privilegiado do Supremo, o fato coloca o Brasil mais uma vez em destaque no combate à corrupção, porque agora há dois ex-chefes do Executivo Federal detidos. Lula e Temer. Isso não acontece sempre em um país no estado democrático de direito.

Temer foi preso pelo braço do Rio de Janeiro da Lava-Jato, por decisão do juiz Marcelo Bretas, da 7a. Vara Federal Criminal, também responsável pela detenção do ex-governador Sérgio Cabral, seu grupo da Alerj e empresários, por falcatruas regionais. Assim como acontece com Cabral e Lula, Michel Temer não é alvo isolado: mandados foram expedidos para São Paulo, Rio, Porto Alegre e Brasília. Um deles, para o ex-ministro Moreira Franco, que assumiu cargos no primeiro escalão do governo anterior.

Um dos postos, o **de ministro das Minas e Energia**. Nele, de acordo com denúncias formuladas a partir da delação premiada do operador Lúcio Funaro e outros, Moreira participou de negociações para o recebimento de propinas obtidas com a empreiteira Engevix, responsável por obras na Usina Nuclear de Angra 3. Outro a colaborar com o MP é o próprio dono da empreiteira, José Antunes Sobrinho.

Nos depoimentos prestados, além de Funaro, surgem mais personagens já conhecidos, como João Baptista Lima, “coronel Lima”, amigo histórico do ex-presidente, com muitas evidências de que ajudava Temer a recolher as tais “contribuições não contabilizadas” desde muito tempo. O coronel (ex-PM) também aparece em investigações da participação de Temer, já vice-presidente da República, em acertos heterodoxos com empresas do Porto de Santos. Há promotor que considera a empresa do coronel, a Argeplan, na verdade do próprio ex-vice-presidente.

A demonstração de vigor da Lava-Jato vem no momento em que o Ministério Público, e em particular procuradores de Curitiba, sede da operação, acabam de ser derrotados no Supremo, na votação sobre o envio de denúncias de crimes

de caixa 2 apenas para a Justiça Eleitoral. Tese que acabou vitoriosa por apenas um voto, apesar da argumentação sobre a falta de estrutura e de condições técnicas de esta Justiça investigar casos sérios de corrupção ocorridos não apenas em torno de eleições e campanhas. Do tipo destes que envolvem Temer e o ex-ministro.

A exibição de força da Lava-Jato parece um alerta aos que desejam conter a devassa por que passam políticos e empresários próximos do poder.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Flávia Oliveira

Título: Gigante que se apequenou

A prisão de Michel Temer e Moreira Franco devolveu aos holofotes um dos projetos de infraestrutura mais custosos e malsucedidos do país. Angra 3 é enredo que se arrasta desde os anos 1970. Atravessou a ditadura militar, alcançou a democratização, consumiu bilhões, jamais foi concluída. Hoje no centro do escândalo de corrupção que levou ao cárcere o segundo ex-presidente da República e o quinto ex-governador do Rio, a usina nuclear já consumiu R\$ 7 bilhões em investimentos e ainda precisa do dobro da quantia para ser concluída, segundo estimativa da Eletronuclear para a jornalista Tânia Malheiros, autora do livro “Bomba atômica pra quê — Brasil e energia nuclear”, relançado no ano passado.

A geradora seria a última das três usinas da central nuclear de Angra dos Reis, na paradisíaca Costa Verde fluminense. A primeira delas, Angra 1, com tecnologia americana, entrou em operação em 1985 e bateu recorde de produção em 2016. Angra 2, assim como a 3, é resultado de um acordo de cooperação entre Brasil e Alemanha firmado em 1975, segundo ano de governo do general Ernesto Geisel. O contrato previa a construção de oito usinas em até 15 anos, mas até hoje só Angra 2 foi concluída. Começou a ser construída em 1981 e foi interrompida cinco anos depois. Em 1994, a dois dias de deixar a Presidência, Itamar Franco liberou recursos para reativar o canteiro, mas a usina só começou a operar comercialmente em 2001.

A saga de Angra 3, gêmea da segunda usina, se arrasta há mais tempo. Começou a ser construída em 1984 e teve as obras suspensas dois anos depois. A construção só foi retomada em 2009, durante o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. À época, a unidade custava aopaísUS\$20 milhões por ano só pela preservação do canteiro. Estima-se que, ao longo do tempo, o Brasil tenha desembolsado R\$ 1 bilhão para conservar as máquinas de Angra 3.

Na decisão de retomar a construção pesaram o custo de manutenção dos ativos; a retomada dos megaprojetos estruturantes do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC); a diversificação da matriz energética pós-apagão de 2001; a demanda do Rio de Janeiro e da Região Sudeste por eletricidade; e uma onda internacional favorável à geração nuclear. O modelo caíra em desgraça no fim do século XX, mas voltou a ganhar força com o debate sobre as emissões de gases do efeito estufa pelos combustíveis fósseis.

Quando tudo dá certo, usinas nucleares poluem menos. Mas o terremoto seguido de tsunami no Japão, que destruiu Fukushima e reviveu o pesadelo de Chernobyl (o maior desastre nuclear da história, que fez quatro mil vítimas na Ucrânia, em 1986), levou o mundo, mais uma vez, a dar as costas às centrais. Japão, Alemanha e Suíça decidiram abandonar projetos nucleares.

Enquanto retomava Angra 3, o Brasil chegou a mapear outras áreas do território nacional, principalmente no Nordeste, para receber novas usinas. O plano esbarrou na (in)capacidade orçamentária da União; na expansão da matriz renovável, em particular dos parques eólicos; e, por fim, no envolvimento do almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, então presidente da Eletronuclear, no escândalo de corrupção da Operação Lava-Jato no Rio. A construção foi interrompida em 2015, com 65% das obras civis e 58% dos investimentos globais concluídos. No ano passado, Moreira Franco, agora preso, liderou discussões para retomada em parceria com investidores privados.

Em fins de janeiro, o atual **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse que o governo Jair Bolsonaro verificava a viabilidade econômica de inaugurar Angra 3 em 2026. Cinco empresas já teriam manifestado interesse no projeto. Um mês atrás, o governador do Rio, Wilson Witzel, recebeu o presidente da Eletronuclear, Leonam dos Santos Guimarães, para tratar da retomada. O estado estimou que a cada R\$ 1 investido na usina receberia R\$ 1,57 em arrecadação de impostos, geração de emprego e crescimento econômico. O capítulo de ontem é o mais recente a engrossar o rol de equívocos, prejuízos e fracassos de um projeto que nasceu gigante e, com o tempo, se apequenou.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Temer e os riscos da Lava-Jato

A Lava-Jato tem uma grande capacidade de renascer das cinzas, mas ela só sobreviverá se não estiver ligada a grupo político. Nos últimos dias a operação

viveu mais um dos seus prenúncios de morte. Ganhou sobrevida com a prisão do ex-presidente Michel Temer. Não por prendê-lo, mas porque os investigadores conseguiram comprovar que o faziam baseados em fortes indícios, como uma tentativa de depósito de R\$ 20 milhões em dinheiro vivo pela Argeplan, empresado coronel Lima.

Que Michel Temer seria preso ninguém tinha dúvidas. Afinal, ele é alvo de 10 inquéritos que correm na Justiça Federal de Brasília, São Paulo, Rio e na Justiça Eleitoral. A conversa entre ele e o empresário Joesley Batista, no Jaburu, divulgada por este jornal no dia 17 de maio de 2017, chocou o país e dividiu seu governo ao meio. Na segunda metade ele abandonou projetos como a reforma da Previdência e usou todo seu poder político para impedir que fossem adiante as denúncias da Procuradoria-Geral da República contra ele no Congresso. A dúvida sobre Temer era quando ele seria preso e em que inquérito. A surpresa foi a ordem ter partido de Marcelo Bretas. A ironia é ele estar agora na PF no Rio, que fica na região portuária da cidade.

Bretas construiu sua decisão com recados de endereço certo. Lembrou que não era desdobramento da Operação Calicute, mas sim da Operação Radioatividade, por propinas pagas em **Angra 3**. E se baseava na delação de José Antunes Sobrinho, da Engevix. Quem protocolou a delação da Engevix foi o ministro Luis Roberto Barroso. Quem cuida da Radioatividade é o ministro Edson Fachin. Fosse a Calicute, o caso iria para Gilmar Mendes. Outro recado é que Temer não estava sendo preso por crime ligado a caixa dois e usou para confirmar isso palavra do próprio ex-presidente, que, em depoimento, garantiu que o coronel Lima nunca arrecadou dinheiro para suas campanhas.

A última dúvida que desabou sobre a Lava-Jato foi a decisão por 6 a 5 determinando que os crimes relacionados ao caixa dois sejam destinados à Justiça Eleitoral. Ela tem menos estrutura para julgar crimes complexos como os que se escondem atrás do dinheiro não declarado de campanha. A pequena maioria mostrou que até o STF tem dúvidas sobre a decisão que, de tão controversa, produziu uma onda de críticas à corte suprema do país.

Nessa onda surfou o grupo político do presidente Bolsonaro, tentando de novo manipular politicamente a luta contra a corrupção, em manifestações e agressões nas redes, como fez durante a campanha eleitoral. Nenhum grupo político, muito menos o do atual governo, é dono desta luta, porque no dia que for, aí sim, acabou a Lava-Jato. O fato de o ex-juiz Sérgio Moro ter virado ministro não deu ao governo um selo de qualidade.

A reação do STF às críticas que recebeu não ajudou a reestabelecer o equilíbrio. O inquérito que foi iniciado por ordem do ministro Dias Toffoli, as ofensas gritadas pelo ministro Gilmar Mendes contra procuradores, a ideia ruim do MP

em Curitiba de ter uma fundação para gerir uma parte do dinheiro recuperado pela Lava-Jato. Tudo foi criando um ambiente de crise institucional.

Por isso, a prisão de ontem foi entendida como forma de a Lava-Jato sair do córner e dar uma resposta ao Supremo. Se foi esta a intenção, é o caminho mais curto para o próprio fim. Se procuradores, investigadores, e até juízes se deixarem dominar por um lado da política brasileira, se acharem que têm que traçar armas com a cúpula do Judiciário, a operação estará realmente condenada.

Os procuradores e policiais federais no Rio mostraram uma lista grande de motivos que os levaram a pedir a prisão do ex-presidente. Não foi apenas apalavra do delator. Houve fatos como a tentativa, no final do ano passado, detectado pelo Coaf, de um depósito de R\$ 20 milhões em espécie pela empresa Argeplan. Ela é do coronel Lima, paga a conta de um telefone usado por Temer. Não tem funcionários nem capacidade técnica, mas ganhou concorrência na usina nuclear de **Angra 3**. Há comprovantes bancários, troca de e-mails, ligações telefônicas. Há fartura de indícios.

E, segundo procuradores, riscos de, neste tempo de modernidade tecnológica, quantias serem transferidas, provas serem apagadas. Alguns fatos são conhecidos, outros são novos. O importante é que Michel Temer seja investigado e julgado de acordo com as provas e as leis. Não pode ser um peão na briga que divide algumas das instituições no Brasil.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/03/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Governo deve anunciar bloqueio de R\$ 30 bilhões em gastos

Houve queda na previsão de receitas; União contava com leilão da Eletrobras

BRASÍLIA- O bloqueio de gastos do governo federal, que será anunciado hoje, deve ficar próximo de R\$ 30 bilhões, segundo fontes da equipe econômica. O número final está sendo fechado e será divulgado no primeiro relatório bimestrais de receitas e despesas do governo Jair Bolsonaro.

O documento traz uma análise do cumprimento das estimativas de arrecadação e de gastos, o que leva o governo a decidir sobre a necessidade de bloquear ou não recursos do Orçamento para cumprir a meta de resultado das contas públicas. O Orçamento aprovado para este ano prevê a possibilidade de um rombo de até R\$ 139 bilhões.

O governo vai fazer o corte nos gastos por causa da menor previsão de receitas. O Ministério da Economia deve retirar da expectativa de arrecadação a privatização da Eletrobras. A operação está prevista no Orçamento e injetaria R\$ 12 bilhões nos cofres públicos.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse ontem que ainda existe uma tentativa de fazer o processo em 2019, mas a prioridade do governo é a reforma da Previdência. Além disso, a arrecadação de impostos federais está bem abaixo do previsto no Orçamento.

R\$ 100 BI COM MEGALEILÃO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu, durante a campanha, que iria zerar o rombo das contas públicas em 2019. Para atingir esse objetivo, ele conta com um megaleilão de petróleo no pré-sal, com o qual espera arrecadar até R\$ 100 bilhões. A licitação está prevista para outubro, mas ainda não foi formalmente autorizada, e há um complexo caminho que precisa ser cumprido até lá. Por isso, o leilão também não entra formalmente nas previsões.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/03/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Moreira Franco é o 5º governador do Rio a ser preso

EX-PRESIDENTE NA CADEIA

EX-MINISTRO ATUOU NO SETOR DE AEROPORTOS

A prisão do ex-ministro de Minas e Energia Moreira Franco aumenta a lista de governadores eleitos no Rio de Janeiro que já foram presos, composta por Anthony e Rosinha Garotinho, Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão.

Moreira foi abordado pela polícia próximo ao Aeroporto Internacional Tom Jobim, no Rio. Ele chegava de Brasília, onde havia embarcado em um voo às 9h30.

O juiz Marcelo Bretas, da 7- Vara Federal do Rio de Janeiro, responsável pela Operação Lava-Jato no estado, determinou que o ex-ministro fosse levado para a Unidade Prisional da Polícia Militar, no bairro do Fonseca, em Niterói.

Em nota, a defesa de Moreira manifestou “inconformidade com o decreto de prisão cautelar”, alegando que ele encontra-se “em lugar sabido, manifestou estar à disposição nas investigações em curso, prestou depoimentos e se

defendeu por escrito quando necessário". "Causa estranheza o decreto de prisão vir de juiz de direito cuja competência não se encontra ainda firmada, em procedimento desconhecido até aqui", disse a defesa.

Ministro da Secretaria de Aviação Civil (SAC) entre 2013 e 2015, no governo Dilma Rousseff, Moreira atuou, segundo a Lava-Jato, no pagamento pela construtora Engevix de vantagem indevida a Temer, à época vice-presidente da República. A denúncia afirma que "Moreira Franco era responsável por solicitar propina que por vezes era recebida por Coronel Lima, sob a orientação de Michel Temer".

De acordo com a delação de José Antunes Sobrinho, dono da Engevix, a influência de Moreira possibilitou que a construtora e a Argeplan, empresa do coronel João Baptista Lima, amigo de Temer, vencessem uma licitação para atuar na gestão de aeroportos, em outubro de 2014. A licitação teria sido montada, segundo a denúncia do Ministério Público Federal (MPF), "para viabilizar o pagamento de propina" a Temer.

Como a licitação foi posteriormente anulada, por suspeita de irregularidades, Moreira alinhou uma alternativa para o pagamento da propina, através de contratos de exploração de espaços publicitários no Aeroporto de Brasília. Registros telefônicos de ligações entre Sobrinho e Moreira foram usados pelo MPF para explicitar a relação entre os dois.

O ex-ministro também intermediou, segundo a denúncia, o pagamento de valores ilícitos por parte da Odebrecht a coronel Lima, relativa à concessão do Aeroporto do Galeão, no Rio.

Em sua delação, o doleiro Lúcio Bolonha Funaro implicou Moreira em esquemas de fraudes milionárias na Caixa Econômica Federal, realizadas enquanto ele era vice-presidente do banco.

Funaro disse aos investigadores que foi procurado pelo Grupo Bertin, em 2009, para encontrar uma solução para a dificuldade que a CIBE, uma das empresas do grupo, teria encontrado ao tentar conseguir financiamento para usinas térmicas, diante do acúmulo de R\$ 1,2 milhão em multas aplicadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Atendendo ao pedido dos empresários, o doleiro diz ter procurado o então deputado federal Eduardo Cunha (MDB-RJ), para que ele pedisse auxílio a Moreira. Cunha teria respondido a Funaro: "Ó, dando dinheiro, o Moreira faz qualquer coisa". Com a disposição da CIBE para pagar a comissão mencionada por Cunha, Funaro teria participado de um almoço em uma casa no Lago Sul, em

Brasília, junto do próprio deputado federal, de Moreira Franco e de dois sócios do grupo Bertin, sendo um deles Silmar Roberto Bertin.

PROPINA DE 4%

O aporte solicitado era de R\$ 300 milhões, pago pelo FI-FGTS, e foi liberado com a aprovação do Ministério da Fazenda e do Conselho Administrativo de Defesa Económica (Cade), mesmo sem o pagamento das multas. A propina paga a Moreira, o então deputado federal Eduardo Cunha (MDB-RJ) e Funaro foi equivalente a 4% do valor recebido pela empresa no financiamento.

Moreira foi eleito governador do Rio em 1987 e cumpriu mandato até 1991. Ele também foi Secretário-Geral da Presidência durante a gestão Temer, antes de assumir o Ministério de Minas e Energia em maio do ano passado.

Após o impeachment da presidente Dilma e aposse de Temer na Presidência da República, Moreira foi nomeado ministro de Minas e Energia. A Eletronuclear, estatal responsável pela usina de Angra 3, estava na alçada de seu ministério. Segundo o MPF, reformas realizadas na casa da psicóloga Maristela Temer, filha de Temer, foram custeadas com dinheiro de propina obtida a partir da obra na usina.

A Operação Radioatividade, deflagrada em julho de 2015, apontou indícios de fraude de licitação, corrupção e lavagem de capitais na obra de Angra 3. Contratos firmados pela Argeplan na construção da usina nuclear foram usados no desvio de aproximadamente R\$ 1,5 milhão, segundo a denúncia do MPF, para promover a obra na casa da filha de Temer, em 2014.

EX-GOVERNADORES DO RIO NA CADEIA

Rosinha Matheus foi presa em novembro de 2017 acusada de integrar como marido, o ex-governador Garotinho, organização criminosa que recebia recursos ilícitos de empresários para campanhas eleitorais. Ela deixou a cadeia no mesmo mês.

Anthony Garotinho já foi preso três vezes por acusações de compra de votos. Em delação premiada da Odebrecht, colaboradores afirmaram que Garotinho e Rosinha receberam R\$ 20 milhões em caixa dois para as campanhas de 2008, 2012 e 2014.

Sérgio Cabral foi preso em novembro de 2016 durante a Operação Calicute. Cabral foi apontado como chefe do maior esquema de corrupção no estado e já foi condenado a mais de 180 anos de prisão. O ex-governador cumpre pena em Bangu 8.

Pezão foi preso no ano passado na Operação Boca de Lobo, com base na delação de Carlos Miranda, operador de Cabral. Miranda diz que pagava R\$ 150 mil por mês para Pezão quando ele era vice-governador. Ele está preso no batalhão da PM em Niterói.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/03/2019

Seção: O País

Autor:

Título: 'Líder de organização criminosa'

EX-PRESIDENTE NA CADEIA

MPF TEMIA FUGA DE TEMER, ACUSADO DE USAR PROPINA EM OBRA NA CASA DA FILHA

O Ministério Público Federal (MPF) atrasou ontem o início da Operação Descontaminação porque temia o risco de fuga do ex-presidente Michel Temer. Embora as ações ostensivas da Lava Jato, como detenções e apreensões, comecem sempre nas primeiras horas da manhã, as equipes da Polícia Federal (PF) retardaram de propósito do cumprimento dos demais mandados, só iniciado após a prisão de Temer, por volta das 11 horas. Isso porque os procuradores da República desconfiavam que o vazamento e uma eventual fuga dariam tempo ao ex-presidente para suspender judicialmente o pedido de prisão.

Além de Temer, o juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, determinou as prisões preventivas de João Baptista Lima Filho, o coronel Lima; do ex-ministro de Minas e Energia, Moreira Franco; e de Maria Rita Fratezi, Carlos Alberto Costa, Carlos Alberto Costa Filho, Vanderlei de Natale e Carlos Alberto Montenegro Gallo —apenas este último ainda não havia se entregado até as 21h30m de ontem. Bretas também determinou as prisões temporárias de Rodrigo Castro Alves Neves e Carlos Jorge Zimmermann. Eles são acusados de formar uma organização criminosa liderada por Temer, que atuou na construção da usina nuclear de Angra 3, praticando crimes de cartel, corrupção ativa e passiva, lavagem de capitais e fraudes à licitação.

Delação foi decisiva

No pedido de prisão, o MPF argumenta ser “fundamental se lembrar que (Temer) era líder de organização criminosa com reconhecida periculosidade e gravidade”. A referência ao ex-presidente como “líder da organização criminosa” também aparece na sentença assinada por Bretas, que aponta Temer como “principal responsável pelos atos de corrupção” ocorridos ao longo

dos últimos 40 anos no Rio. Segundo os procuradores, a organização chefiada por Temer teria recebido ou cobrado propina no valor total de R\$ 1,8 bilhão nesse período, em diversas frentes.

As prisões de ontem tiveram como base a delação de José Antunes Sobrinho, dono da empreiteira Engevix. O empresário disse que, em 2014, pagou R\$ 1 milhão em propina ao coronel Lima, apontado na investigação como amigo e operador financeiro de Temer. Lima é dono da Argeplan Arquitetura, uma das integrantes do consórcio vencedor das obras de Angra 3, ao lado da Engevix e da finlandesa AF Consult. No relatório que sustentou o pedidos de prisão, o MPF alegou que o dinheiro desviado dos cofres públicos custeou reforma na casa de Maristela Temer, filha do ex-presidente, em 2014.

Sobrinho disse que conheceu o coronel em 2010, por intermédio do então presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva. Lima pretendia incluir a Engevix no consórcio responsável pelo “projeto de engenharia eletromecânico 01” de Angra 3, estimado em R\$ 163 milhões. A presença da empresa no contrato era necessária porque as duas outras integrantes, AF Consult e Argeplan, não tinham pessoal e expertise suficientes para a execução dos serviços. A disputa internacional foi vencida pelas três empresas, de acordo com a investigação, em processo licitatório fraudado pela Eletronuclear.

A força-tarefa sustenta que, no curso do contrato, o coronel Lima solicitou a Sobrinho o pagamento de propina em benefício de Temer. Como não havia um caminho para a saída ilegal do dinheiro de Angra 3, a organização teria contado com a ajuda de Moreira Franco, na época ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, para desviar recursos de um contrato vigente no setor aéreo. A saída encontrada foi usar a Inframerica, concessionária que operava o Aeroporto de Brasília e tinha a Engevix, de Sobrinho, como sócia. Na ocasião, a concessionária estava vendendo espaços publicitários do aeroporto para a Alumi Publicidades.

Sobrinho contou que, no final de 2014, a Alumi transferiu R\$ 1 milhão para a PDA Projeto e Direção Arquitetônica, controlada pelo coronel Lima, a pedido de Moreira. Para justificar as transferências de valores, foram simulados contratos de prestação de serviços da PDA. O delator disse que, na ocasião, chegou a ser levado por Moreira a um almoço com Temer no Palácio do Jaburu, em Brasília.

AMIZADE LONGEVA

Os investigadores ressaltaram a relação de longa data entre Temer e coronel Lima. A força-tarefa descobriu que até um telefone utilizado por Temer tinha como endereço de cobrança a mesma Argeplan, de Lima, que teria efetuado os

pagamentos para a reforma na casa da filha de Temer, no Alto de Pinheiros, bairro nobre de São Paulo.

— É visível um crescimento expressivo da Argeplan quando Michel Temer ocupava cargos públicos — afirmou a procuradora da República Fabiana Schneider.

A suspeita de que Temer poderia fugir surgiu depois que a força-tarefa descobriu que a organização do ex-presidente chegou a monitorar investigadores da PF:

— Havia, inclusive, dados pessoais (desses investigadores) — afirmou o procurador José Augusto Vagos.

Segundo o MPF, a Argeplan destruía documentos diariamente justamente por ser uma empresa moldada para a organização criminosa. A prática foi um dos fundamentos citados pelos procuradores para justificar as prisões.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/03/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Lava-Jato chega à Temer

EX-PRESIDENTE NA CADEIA

Chamado de ‘chefe de organização criminosa’ em investigação sobre desvio de dinheiro na usina de angra 3, ex-presidente é detido nas ruas de São Paulo e levado à sede da PF do Rio, dois anos depois de sobreviver a duas denúncias da PGR quando ainda estava no governo

EMEDEBISTA É PRESO, ACUSADO DE CORRUPÇÃO

Preso ao sair de casa, ontem de manhã, em São Paulo, Michel Temer se tornou o segundo ex-presidente da República a ir para a cadeia desde a redemocratização — Lula cumpre pena desde abril do ano passado em Curitiba. Desde que o Brasil voltou a votar para presidente, em 1989, é o mesmo número de ex-ocupantes do Palácio do Planalto que sofreram impeachment (Fernando Collor e Dilma Rousseff) e também dos que governaram o país sem virar alvo da Justiça ao concluir o mandato (Fernando Henrique Cardoso e Itamar Franco).

À diferença do caso de Lula, que foi processado e condenado, a prisão de Temer na Operação Descontaminação é preventiva. A Justiça concordou com os argumentos do Ministério Público Federal (MPF) de que deixá-lo solto

ameaçaria o andamento das investigações e uma possibilidade de que alguns dos crimes continuassem a ocorrer.

Duas vezes denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) quando ainda era presidente, Temer era alvo de um grande volume de indícios de participação em esquemas de corrupção. Quando perdeu o foro privilegiado ao fim do mandato, seus inquéritos foram distribuídos para a primeira instância da Justiça Federal em diferentes estados, como Rio, São Paulo e Distrito Federal.

A primeira consequência veio ontem, com a ordem dada pelo juiz Marcelo Bretas, da 7a. Vara Federal Criminal do Rio. Temer foi abordado pouco depois das 11h ao deixar sua casa no bairro de Alto de Pinheiros, na capital paulista.

Para além da prisão preventiva, o ex-presidente será denunciado pelo MPF por chefiar uma organização criminosa que teria desviado dinheiro de contratos da usina de angra 3.

"ABUSO DE DIREITO"

Por ora, sua defesa tenta reverter a decisão com um pedido de habeas corpus ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2). O advogado de Temer chamou de "abuso de Direito" a decisão contra seu cliente.

No domingo, a Lava-Jato completou cinco anos. A prisão de Temer ocorre num momento em que procuradores da operação vinham alertando sobre um possível enfraquecimento das investigações por causa de decisões recentes da Justiça. Uma delas, definida pelo Supremo Tribunal Federal, permitindo aos tribunais eleitorais ficar responsável por processos de corrupção ligados ao caixa dois.

Por outro lado, entre os que enxergam excessos de alguns investigadores e juízes da Lava-Jato, ressurgiu o questionamento do uso da prisão contra pessoas que ainda não foram condenadas.

Num país com tantos políticos sob investigação da Justiça, decisões judiciais têm impacto direto na vida política.

O presidente Jair Bolsonaro reagiu ao episódio. Ao desembarcar no Chile, declarou que "a Justiça nasceu para todos", e que cada um deve responder por seus atos.

A prisão de Temer teve repercussão imediata no mercado financeiro e na imprensa internacional. A possibilidade de o episódio trazer implicações políticas mais graves fez o índice Bovespa fechar o dia com baixa de 1.34%.

Os jornais estrangeiros deram destaque à notícia. O “New York Times” ressaltou que o ex-presidente “era um líder muito impopular, que foi alvo de vários problemas de corrupção”.

MME / ASCOM .